

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRISCILLA MILFONT DE MEDEIROS

**DOAÇÕES NO TERCEIRO SETOR BRASILEIRO: uma análise sobre o impacto das
informações contábeis**

**RECIFE
2016**

PRISCILLA MILFONT DE MEDEIROS

DOAÇÕES NO TERCEIRO SETOR BRASILEIRO: uma análise sobre o impacto das informações contábeis

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos.

**RECIFE
2016**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

M488d	<p>Medeiros, Priscilla Milfont de</p> <p>Doações no terceiro setor brasileiro: uma análise sobre o impacto das informações contábeis / Priscilla Milfont de Medeiros. - 2016.</p> <p>92 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.</p> <p>Inclui referência e apêndices.</p> <p>1. Associações sem fins lucrativos. 2. Divulgação de informações contábeis. 3. Doações. I. Vasconcelos, Marco Tullio de Castro (Orientador). II. Título.</p> <p>657 CDD (22.ed.)</p> <p>UFPE (CSA 2016 – 136)</p>
-------	--



Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Contábeis



Coordenação

“DOAÇÕES NO TERCEIRO SETOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.”

Priscilla Milfont de Medeiros

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 29 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Orientador/ Presidente: Marco Tullio de Castro Vasconcelos (Dr.)

Examinador Interno: Raimundo Nonato Rodrigues (Dr.)

Examinador Externo: Rezilda Rodrigues Oliveira (Dr.)

À minha família, por todo incentivo e apoio que recebi para que mais este sonho se tornasse possível. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter sempre me acompanhado nesta caminhada tão árdua e difícil, emanando sempre sua luz nos momentos em que mais pensei em vacilar.

À minha mãe, Célia Milfont de Magalhães, e à minha irmã, Michelle Milfont de Medeiros Souza, por toda a força que me deram durante a jornada seguida em busca de novos conhecimentos, assim como pela paciência, que foi muita, e amor. Primeiramente Deus na minha vida; em segunda, minha família tão amada. Também dedico o presente trabalho aos meus avós maternos (*in memoriam*), Abel Rodrigues de Magalhães e Maria Socorro Milfont de Magalhães.

Ao meu padrinho tão querido, João Pinheiro da Silva, o qual, mesmo com a distância, sempre se fez presente e me apoiou e deu forças para concluir o mestrado. Também agradeço ao meu grande amigo canino, Guffy Antônio Milfont (*in memoriam*), que se fez presente durante todo o processo de construção desta pesquisa, oferecendo, à sua maneira, carinho e força.

A todos os professores que fazem parte do corpo do Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis da UFPE, os quais me proporcionaram engrandecimento pessoal e profissional durante esta jornada de dois anos.

Agradeço, em especial, à Profa. Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, por todo seu apoio na minha vida acadêmica, desde a graduação, a qual me ofereceu a possibilidade de ser monitora de uma de suas disciplinas, abrindo minha visão para o mundo acadêmico, até a conclusão do mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marco Tullio de Castro Vasconcelos, por ter aceitado o desafio de me orientar e, em sua calma, me deu diversos conselhos em momentos de euforia, para ter calma e foco para superar os diversos desafios, imagináveis e inimagináveis, que surgiram no caminho.

Aos colegas da minha turma do mestrado, por termos, juntos, conseguido concluir mais esta etapa acadêmica de nossas vidas. E aos demais colegas de outras turmas, anteriores e posteriores, os quais tive o prazer de conviver e de compartilhar conhecimentos, experiências e momentos de descontração. Em especial, a João Gabriel, que desde a graduação se mostrou um grande amigo, dentro e fora da academia, assim como o grande Clariovaldo.

À Capes e à Propesq, pelo auxílio financeiro por meio de bolsas e apoio a eventos, sem os quais não teria conseguido completar com sucesso o mestrado.

“Na vida, não vale tanto o que temos, nem tanto importa o que somos. Vale o que realizamos com aquilo que possuímos e, acima de tudo, importa o que fazemos de nós.”
(Chico Xavier)

RESUMO

Esta dissertação se desenvolveu na linha de estudo do *value-relevance* aplicado ao terceiro setor, tratando das informações contábeis, constantes dos relatórios contábeis disponibilizados para a população, que impactam nas doações recebidas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) brasileiras. O estudo teve como objetivo investigar as informações contábeis sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional, que impactam as doações recebidas pelas entidades brasileiras do terceiro setor qualificadas como Oscips. O embasamento teórico para o desenvolvimento do estudo foi a teoria da demanda, que justifica as associações entre as informações contábeis (eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional) e as doações. A abordagem metodológica foi empírico-positivista e, para atingir o objetivo, as estratégias de pesquisa traçadas foram: pesquisa bibliográfica, documental e análise quantitativa dos dados extraídos dos relatórios contábeis. Com análise preponderantemente quantitativa, fez-se uso de estatística descritiva e de regressões lineares múltiplas, visto o desenvolvimento de 2 modelos, com dados em corte transversal, coletados no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), para o período de 2012 e 2013, referentes a 162 Oscips que compuseram a amostra final, cuja variável dependente era doação e as variáveis independentes eram: eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional. Como resultado do estudo, obteve-se a comprovação do impacto das informações contábeis nas doações recebidas pelas entidades do terceiro setor, o que está nas figuras da divulgação dos ativos dessas entidades e da idade que têm, que são *proxies* da reputação organizacional, e da adequação do patrimônio social líquido, que é *proxy* da estabilidade financeira. O modelo 1 de regressão linear múltipla indicou que a reputação organizacional, por meio das *proxies* idade e tamanho da entidade, e a estabilidade financeira, por meio da *proxy* adequação do patrimônio social líquido, são estatisticamente significantes para o modelo. As *proxies* idade e adequação do patrimônio social líquido se relacionaram negativamente com as doações, enquanto o tamanho da entidade apresentou um relacionamento positivo. Já o modelo 2 demonstrou que a reputação organizacional e a estabilidade financeira continuam sendo estatisticamente significantes para o modelo. Entretanto, a localização regional das entidades não é significativa. Por fim, conclui-se que as variáveis utilizadas no presente estudo explicam 66,63% das doações que são recebidas pelas entidades sem fins lucrativos no modelo 1, e 66,6% no modelo 2, sugerindo que as Oscips podem fazer uso das informações contábeis para aumentar sua capacidade de captação de recursos.

Palavras-chave: Terceiro setor. Informações contábeis. Doações.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the study line of value-relevance applied to the third sector, dealing with accounting information, contained in the accounting reports provided to the population, which impact the donations received by the Brazilian Civil Society Organizations of Public Interest (Oscips). The study aimed to investigate the accounting information on operational efficiency, financial stability and organizational reputation, that impact the donations received by the Brazilian third sector entities qualified as Oscips. The theoretical basis for the development of the study was the theory of demand, which justifies the associations between financial information (operational efficiency, financial stability and organizational reputation) and donations. The methodological approach was empirical-positivist and, to achieve the goal, the established search strategies were: bibliographic and document research and quantitative analysis of data extracted from accounting reports. With predominantly quantitative analysis, descriptive statistics and multiple linear regressions was used, due to the development of two models, with data in cross-section, collected in the National Registry of Public Utility Entities of the Ministry of Justice (CNEs/MJ) and in the National Register of Legal Entities (CNPJ), for the period 2012 and 2013, referring to 162 Oscips that composed the final sample, whose dependent variable was donation and the independent variables were: operational efficiency, financial stability and organizational reputation. As a result of the study, the evidence of the impact of accounting information on donations received by the entities of the third sector was obtained, which is in the figures of the distribution of assets of these entities and the age they have, which are proxies of organizational reputation, and adequacy to equity, which is a proxy for financial stability. The model 1 of multiple linear regression indicated that organizational reputation, by proxies age and size of the entity, and financial stability, by proxy adequacy of equity, are statistically significant for the model. The proxies age and adequacy of equity relates negatively with donations, while the entity size had a positive relationship. But the model 2 showed that organizational reputation and financial stability remain statistically significant for the model. However, the regional location of the entities is not significant. Finally, it is concluded that the variables used in this study explains 66.63% of the donations that are received by nonprofit entities in model 1, and 66.6% in model 2, suggesting that Oscips can make use of accounting information to increase their fundraising capacity.

Keywords: Third sector. accounting information. Donations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Personalidades jurídicas segundo o Código Civil.....	25
Figura 2 – Fases para o desenvolvimento e realização da pesquisa	58
Figura 3 – Natureza jurídica das entidades da amostra	69
Figura 4 – Ano de qualificação como Oscip das entidades da amostra	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos.....	22
Quadro 2 – Classificação Internacional de Organizações sem Fins Lucrativos (ICNPO).....	26
Quadro 3 – Resumo dos estudos anteriores internacionais.....	49
Quadro 4 – Variáveis (<i>proxies</i>) utilizadas no estudo.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Método de seleção da amostra final do estudo	61
Tabela 2 – Amostra final do estudo.....	68
Tabela 3 – Atividades principais das entidades da amostra conforme grupos da ICNPO	70
Tabela 4 – Estatística descritiva	71
Tabela 5 – Teste K-S nos dados	72
Tabela 6 – Matriz de correlação das variáveis	73
Tabela 7 – Teste de Levene	74
Tabela 8 – Teste K-S nos resíduos da regressão	74
Tabela 9 – Resultados da regressão do modelo 1	75
Tabela 10 – Relação entre os resultados esperados e observados na pesquisa.....	77
Tabela 11 – Variáveis <i>dummies</i>	78
Tabela 12 – Resultados da regressão do modelo 2	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADMIN	Taxa administrativa
AGE	Idade da Organização
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Cebas	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEs	Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONCEN	Concentração de Receita
DEA	Análise Envoltória de Dados
EQUITY	Adequação do Patrimônio Social Líquido
FUND	Despesa com Captação de Recursos
FUNDCONT	Índice de Eficiência de Captação de Recursos
GRANTS	Subvenções Governamentais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICNPO	Classificação Internacional de Organizações sem Fins Lucrativos
IRS/SOI	<i>International Revenue Service/Statistics of Income</i>
IRS/SOI/NCSS	Base de dados <i>IRS Statistics of Income Samples</i> , elaborada e disponibilizada pelo <i>National Center for Charitable Statistics</i>
K-S	Kolmogorov-Smirnov
LN	Logaritmo Natural
MARGIN	Margem Operacional
MJ	Ministério da Justiça
NCSS/GuideStar	Base de dados <i>National Nonprofit Research Database</i> elaborada e disponibilizada pelo <i>National Center for Charitable Statistics</i>
ONG	Organização Não Governamental
OS	Organização Social
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTHREV	Outras Receitas
PRICE	Preço
PROG	Taxa com Programas
PROGREV	Receitas com Programas
SIZE	Tamanho da Organização
SNJ	Secretaria Nacional de Justiça
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
UPF	Utilidade Pública Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Objetivo geral.....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1	TERCEIRO SETOR.....	21
2.1.1	Contexto histórico: nacional e internacional.....	23
2.1.2	Composição.....	25
2.1.2.1	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.....	27
2.1.3	Recursos: doações e contribuições.....	28
2.2	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DOAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: teorias e relações	30
2.2.1	Teoria da demanda.....	31
2.2.1.1	Eficiência operacional e doações.....	33
2.2.1.1.1	<i>Preço.....</i>	<i>34</i>
2.2.1.1.2	<i>Taxa com programas.....</i>	<i>34</i>
2.2.1.1.3	<i>Taxa administrativa.....</i>	<i>35</i>
2.2.1.2	Estabilidade financeira e doações.....	35
2.2.1.2.1	<i>Adequação do patrimônio social líquido.....</i>	<i>36</i>
2.2.1.2.2	<i>Concentração de receita.....</i>	<i>37</i>
2.2.1.2.3	<i>Margem operacional.....</i>	<i>37</i>
2.2.1.3	Disponibilidade de informações e doações.....	38
2.2.1.4	Reputação organizacional e doações.....	39
2.2.1.4.1	<i>Idade da organização.....</i>	<i>40</i>
2.2.1.4.2	<i>Tamanho da organização.....</i>	<i>40</i>
2.2.1.4.3	<i>Subvenções governamentais.....</i>	<i>40</i>
2.2.2	Estudos empíricos anteriores.....	41
2.2.2.1	Estudos empíricos internacionais.....	41
2.2.2.2	Estudos empíricos nacionais.....	52

3	METODOLOGIA	57
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	57
3.2	BASE DE DADOS, POPULAÇÃO E AMOSTRA	59
3.3	SELEÇÃO DE VARIÁVEIS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	61
3.3.1	Variáveis.....	61
3.3.2	Procedimentos para análise dos dados.....	64
3.3.2.1	Análise descritiva dos dados.....	65
3.3.2.2	Procedimentos econométricos: <i>regressão linear múltipla</i>	65
3.4	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	67
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	68
4.1	PERFIL DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS ESTUDADAS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA	68
4.2	PRESSUPOSTOS DA REGRESSÃO: resultado dos testes econométricos	72
4.3	ANÁLISE DAS REGRESSÕES: apresentação e discussão dos resultados	75
4.3.1	Regressão linear múltipla: modelo 1.....	75
4.3.2	Regressão linear múltipla: modelo 2.....	78
5	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A - Amostra total do estudo.....	89

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico aborda as informações contábeis, as quais são medidas de eficiência operacional, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação organizacional, que impactam as doações recebidas pelas entidades brasileiras do terceiro setor qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

Terceiro setor é um termo utilizado para designar uma área que, por meio das iniciativas da sociedade, contempla uma diversidade de entidades que não possuem finalidades lucrativas, e estão direcionadas para a produção de bens públicos, ações sociais que promovem meios para um bem-estar social, e fornecem serviços vitais em campos como saúde e educação (ARAÚJO, 2009; CUNHA et al., 2010; FALCONER, 1999; FRUMKIN; KIM, 2001; VOESE; REPTCZUK, 2011).

A composição do terceiro setor está representada na figura das pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, conforme disposto no artigo 44 do Código Civil (BRASIL, 2002, 2003, 2011).

Para a execução de suas atividades de prestação de bens coletivos, as entidades sem fins lucrativos acabam por competir por doações, as quais são necessárias para sua manutenção (MARCUELLO; SALAS, 2001). Assim, as contribuições (ou doações) feitas de forma voluntária são importantes para as entidades sem fins lucrativos (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986).

Corroborando Weisbrod e Dominguez (1986), Jacobs e Marudas (2004) afirmam que as doações privadas são uma importante fonte de recursos para as entidades sem fins lucrativos, e esses recursos são de diversos tipos, como doações privadas, subsídios governamentais, entre outros.

Estudos como os de Gordon e Khumawala (1999) demonstram que os indivíduos fazem doações e contribuições para a caridade por diversos motivos, tais como: questões religiosas, pressões sociais e também pelo altruísmo de maneira geral. Diante dessa constatação, verifica-se que os doadores possuem diversas razões para realizar suas doações. Por esses motivos, as entidades sem fins lucrativos devem cativá-los por meio da divulgação de informações que facilitem a visualização do gerenciamento dessas entidades.

Quando os doadores realizam suas contribuições às entidades sem fins lucrativos, eles esperam que suas contribuições sejam utilizadas da melhor maneira possível, maximizando o benefício para os usuários dos “produtos” da organização. Se surge uma incerteza por parte dos doadores no que tange à gerência dos recursos aportados pelas entidades sem fins lucrativos, o quantitativo de contribuições pode diminuir (PARSONS, 2007).

Como meios para verificação, por parte dos doadores, da aplicação de seus recursos nas entidades sem fins lucrativos, estão as informações contábeis, que podem ser identificadas e extraídas dos relatórios contábeis – visto que uma importante função da contabilidade e dos relatórios financeiros é auxiliar na análise e avaliação das organizações, independentemente do setor (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Com a relevância das contribuições e doações para manutenção das atividades das entidades sem fins lucrativos – recursos esses advindos de doadores, os quais acabam por buscar informações sobre essas organizações a fim de identificar fatores que os auxiliem na tomada de decisão de investir ou não – as informações contábeis expressas nos relatórios contábeis são um importante meio para auxiliar os doadores a avaliar e analisar as entidades.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

As entidades sem fins lucrativos estão ganhando mais importância. Com isso, um aumento por transparência e responsabilidade está sendo gerado, demanda essa vinda interna e externamente às entidades, de forma que os interessados possuam meios para avaliar as atividades das organizações (COSTA; RAMUS; ANDREAUS, 2011).

Como as contribuições, doações e subvenções são, na maioria das vezes, as principais fontes de recursos financeiros das entidades sem fins lucrativos (OLAK; NASCIMENTO, 2010), e estas advêm de forma externa à entidade, a necessidade de prestar contas desses recursos torna-se um componente básico para a sobrevivência da entidade.

Nesse sentido, as entidades que melhor fornecerem informações poderão atender mais adequadamente às necessidades dos doadores e conseguir captar mais recursos pensando na estabilidade financeira de longo prazo (FRUKIN; KIM, 2001; GLAESER, 2003).

Sabe-se que o principal objetivo dos relatórios financeiros está relacionado com o fornecimento de informações que sejam úteis para os provedores de recursos na tomada de decisão sobre a sua alocação tanto para empresas com fins lucrativos quanto para empresas sem fins lucrativos (ZAINON et al., 2012). Então, as informações contábeis extraídas dos relatórios podem ser úteis para que os doadores possam utilizá-las para decidir sobre as doações que as instituições sem fins lucrativos recebem ou receberão.

A utilidade das informações contábeis das entidades sem fins lucrativos para os usuários refere-se, também, para que eles entendam e compreendam de forma mais aprofundada aspectos relacionados ao planejamento, operacionalização, desempenho e controle (MILANI FILHO, 2009).

Ainda sobre as informações contábeis divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos, elas podem ser utilizadas para verificar a eficácia e eficiência organizacional, podem auxiliar para uma melhoria na percepção dos doadores quanto à entidade, além de permitirem garantias aos doadores quando demonstra sua eficácia (ZAINON et al., 2012), de forma que a divulgação dessas informações contábeis se torna muitas vezes crucial.

Diante da observação da importância das informações contábeis para arrecadação de recursos por parte das entidades sem fins lucrativos, desenvolveram-se estudos em âmbito internacional baseados na demanda de informações por parte dos doadores (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; CALLEN, 1994; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; PARSONS, 2007; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS; HAHN; JACOBS, 2014). Nesse mesmo aspecto, também se elaboraram alguns estudos nacionais (CRUZ; CORRAR; SLOMSKI, 2008; CRUZ, 2010; MILANI FILHO, 2011; CUNHA; PEREIRA, 2012).

A ideia intrínseca dos estudos anteriores sobre a relevância da informação contábil para os doadores do terceiro setor está baseada no *value-relevance*. Essa perspectiva do *value-relevance* foi desenvolvida e demonstrada em trabalhos das áreas de finanças e mercado de capitais, e busca entender que as informações contábeis contidas nos relatórios financeiros podem ser relacionadas e relevantes para os investidores do mercado de capitais.

Especificamente no terceiro setor, as pesquisas sobre *value-relevance* buscam averiguar associações que possam existir entre as doações e as informações contábeis, com o intuito de identificar se a contabilidade realizada nas entidades sem fins lucrativos é relevante para os doadores (PARSONS, 2003).

Diante desse contexto de utilização das informações contábeis constantes nos relatórios financeiros das entidades sem fins lucrativos para o processo decisório de investimento (doação), surge a questão que norteia este estudo: **Quais informações contábeis sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional impactam as doações recebidas pelas entidades brasileiras do terceiro setor qualificadas como Oscips?**

1.2 OBJETIVOS

A dissertação trata das informações contábeis, as quais constam nos relatórios contábeis disponibilizados à população, que impactam as doações recebidas pelas Oscips do Brasil. Para tanto, os objetivos do estudo, conectados diretamente com a questão problema, serão:

1.2.1 Objetivo geral

Investigar as informações contábeis sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional, que impactam as doações recebidas pelas entidades brasileiras do terceiro setor qualificadas como Oscips.

1.2.2 Objetivos específicos

Para concretização do objetivo geral do presente estudo e, por conseguinte, para responder à questão problema, desenvolveram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o perfil das entidades sem fins lucrativos pertencentes à amostra do estudo;
- b) Examinar se existe relação entre as doações recebidas pelas Oscips e a eficiência operacional, a estabilidade financeira e a reputação organizacional;
- c) Verificar o comportamento das variáveis utilizadas no modelo econométrico que apresentaram relação com as doações; e
- d) Comparar se existe diferença nas doações recebidas e no impacto das informações contábeis por conta da localização regional da entidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

As entidades sem fins lucrativos, as quais pertencem ao terceiro setor, precisam arrecadar recursos para continuarem a exercer suas atividades conforme o estatuto social. Dentre as principais fontes de recursos que podem ser encontradas para essas entidades, estão as doações e as contribuições privadas, que representam investimentos feitos por doadores (CRUZ, 2010).

Os relatórios contábeis e a divulgação voluntária de questões envolvendo o desempenho organizacional podem exercer um papel na decisão de contribuir por parte dos doadores, e isso ocorre caso esses doadores considerem verificar a dignidade da organização antes de doar (PARSONS, 2007). Após a decisão de doar um determinado valor a alguma entidade sem fins lucrativos, os relatórios contábeis divulgados à sociedade podem ser um instrumento que auxiliam os doadores a identificarem a entidade à qual desejam ajudar (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Essa relação é vista por meio da perspectiva do *value-relevance*, que, na área do terceiro

setor, significa a associação entre as doações recebidas e os números contábeis fornecidos pelos relatórios financeiros (PARSONS, 2003).

Estudos iniciais sobre o terceiro setor nos Estados Unidos apontam para a década de 1960 (FALCONER, 1999). Mas estudos sobre terceiro setor utilizando os preceitos do *value-relevance*, base de muitos estudos empíricos sobre o mercado de capitais, só foram vistos na década de 1980, como o de Weisbrod e Dominguez (1986), os quais verificaram a utilidade da informação contábil para os doadores.

Muitos são os motivos que levam o interesse de se estudar sobre o valor das informações contábeis para os doadores, de maneira que os contadores que atuam nas entidades sem fins lucrativos devem entender o papel dos relatórios contábeis e, também, verificar como e se esses relatórios instigam doações (PARSONS, 2007).

Dessa forma, verifica-se a importância da realização de estudos sobre o valor dos números contábeis para o processo de tomada de decisão do doador, ou seja, se as informações contábeis disponibilizadas são relevantes para os doadores decidirem se vão realmente efetivar a doação.

Sabe-se que, no Brasil, as doações correspondem às principais fontes de recursos das entidades sem fins lucrativos, entretanto, poucas pesquisas científicas têm sido desenvolvidas para verificar o papel das informações contábeis no processo de doação, ou seja, poucos estudos focam em verificar se as informações contábeis constantes nos relatórios financeiros impactam nas doações recebidas.

O presente estudo não se justifica por ter encontrado apenas quatro estudos, em âmbito nacional, que abordam o valor dos números contábeis para as doações, mas, também, por contribuir, por meio de seus achados, para as próprias entidades sem fins lucrativos, como para os demais usuários externos, conforme disposto por Parsons (2007).

O presente estudo também tem seu desenvolvimento sob a ótica do *value-relevance*, de maneira que apresenta uma conformidade com os estudos anteriores (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; CALLEN, 1994; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; PARSONS, 2007; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS; HAHN; JACOBS, 2014). Mas utiliza uma nova perspectiva, diferenciando-se dos outros estudos, por meio da aplicação com corte transversal com utilização de mais variáveis, possibilitando a análise da relação de uma única variável (doação) e de múltiplas variáveis independentes (eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional). Também se

diferencia dos demais estudos por buscar verificar se existe alguma relação entre as doações e a região onde se localizam, no Brasil, as entidades da amostra. Esta última análise foi realizada com a utilização de variáveis *dummies*, visto se tratar de variável qualitativa.

Então, o resultado da pesquisa pode contribuir para a contabilidade das entidades sem fins lucrativos, de forma que se possa melhorar a prestação de contas em itens que impactem nas doações. E, também, por apresentar as características informacionais das prestações de contas das entidades supracitadas, contribuindo para a literatura contábil. Ou seja, pretende-se, com o estudo, por meio de análises, contribuir para o aprimoramento da contabilidade do terceiro setor e das informações disponibilizadas por meio das prestações de contas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, além das referências e o apêndice, o qual apresenta as entidades que compuseram a amostra analisada.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma breve introdução, seguida pela contextualização e caracterização do problema de pesquisa, os objetivos do estudo, a justificativa para realização da pesquisa, além da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, consta o referencial teórico do estudo, o qual apresenta aspectos conceituais sobre o terceiro setor, seguidos da abordagem teórica que norteará o estudo, ou seja, a teoria da demanda, que justifica as associações entre as informações contábeis e as doações, além dos estudos anteriores, internacionais e nacionais, sobre o tema em questão.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada no estudo, apresentando a caracterização do estudo, a base de dados, a população e a amostra, as variáveis selecionadas e os procedimentos de análise adotados, assim como as limitações do estudo.

O quarto capítulo traz a análise dos dados, tanto descritiva quanto econométrica, e os resultados obtidos, assim como a discussão do último à luz da teoria que embasou o estudo.

O quinto e último capítulo trata da conclusão da pesquisa, e também apresenta sugestões para o desenvolvimento de pesquisas sobre a mesma temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR

Para se falar sobre o terceiro setor, primeiramente cabe entender onde ele está inserido e, sob essa perspectiva, pode-se afirmar que ele pertence a uma tríade juntamente com o primeiro e o segundo setor. O primeiro setor pode ser caracterizado como representante do poder público; já o segundo setor é composto por entidades que possuem fins lucrativos, de maneira que os sócios ou acionistas realizam investimentos buscando retornos financeiros; por fim, o terceiro setor surge como representante das entidades sem fins lucrativos (CHAGAS; ARAÚJO; DAMASCENA, 2011).

Isso implica dizer que o primeiro setor é o Estado; o segundo setor é composto pelo setor privado, com entidades que buscam o lucro e depois o distribuem entre os acionistas e sócios, ou seja, é o mercado; e o terceiro setor também possui entidades do setor privado, cuja meta não é a obtenção de lucro para distribuição.

Embora seja verificada essa classificação, existe a necessidade de se compreender que esses três setores são autônomos, mas também são interdependentes (FALCONER, 1999). Entende-se, então, que, apesar de serem segmentos distintos da economia, o Estado, o mercado e o terceiro setor não trabalham de forma isolada, eles se interceptam para atingir um fim comum e dar vigor para suas atividades e *performance* na visão macroeconômica.

A gama e a complexidade dos problemas sociais que assolam a população trazem consigo a necessidade da integração de vários atores sociais e organizacionais, a fim de gerir políticas sociais capazes de sanar ou amenizar esses problemas, trazendo, assim, uma ação intersetorial (JUNQUEIRA, 2004).

Essa modelagem de três setores surgiu como uma forma alternativa à dualidade entre o público e o privado, os quais podem ser entendidos como sinônimos da disputa entre Estado e mercado, respectivamente (FISCHER, 2003). E a figura do terceiro setor, e por consequência, de suas entidades, acabam por constituir uma contracultura, já que possuem pontos, como valores e culturas, que são destoantes tanto da figura do governo, quanto da figura do mercado (DRUCKER, 2003).

Dessa forma, o terceiro setor acaba por contemplar muitas entidades sem fins lucrativos, que possuem como pilar para sua sustentação o voluntariado e a promoção de ações que causem o bem-estar social (ARAÚJO, 2009). Junqueira (2004) também corrobora essa ideia, ao afirmar que o terceiro setor é composto por entidades compostas por pessoas comprometidas com o

bem coletivo, de forma que as iniciativas dessas instituições não privilegiam os interesses particulares de cada indivíduo.

Com foco em seu papel, então, o terceiro setor compreende instituições privadas, sem fins lucrativos, com foco na execução de práticas sociais, práticas estas que são capazes de gerar, direta ou indiretamente, bens e serviços à sociedade semelhantes aos fornecidos pelo Estado, gerando um bem comum (FISCHER, 2002; DELGADO, 2005). Ou seja, representa um grupo de organizações que comungam da visão de criação de valores sociais para a coletividade e que não possuem como objetivo central a obtenção de lucro para os acionistas (LETTIERI; BORGA; SAVOLDELLI, 2004; ZANLUCA, 2006).

Para melhor caracterizar as entidades sem fins lucrativos, as quais pertencem ao terceiro setor, ou, como sugerem Lettieri, Borga e Savoldelli (2004), setor sem fins lucrativos, segue o Quadro 1, que é composto pelas principais características encontradas nessas instituições:

Quadro 1 – Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos

1.	Objetivos institucionais	→	Provocar mudanças sociais.
2.	Principais fontes de recursos financeiros e materiais	→	Doações, contribuições, subvenções e prestação de serviços comunitários.
3.	Lucro	→	Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim.
4.	Patrimônio/resultados	→	Não há participação/distribuição aos provedores.
5.	Aspectos fiscais e tributários	→	Normalmente são imunes ou isentas.
6.	Mensuração do resultado social	→	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente.

Fonte: Olak e Nascimento (2010, p. 7).

No Brasil, até recentemente, o governo era o principal promotor de ações relativas às políticas sociais, mas essa realidade começou a passar por um momento de transformação, conforme pressão advinda da demanda social, em que a busca por novas formas de gestão e maneiras de atendimento às necessidades sociais era imprescindível (JUNQUEIRA, 2004). Com isso, viu-se o número de entidades sem fins lucrativos crescer no Brasil, como no estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual verificou que, no período de 10 anos (entre 1996 e 2005), o crescimento das fundações privadas e associações sem fins lucrativos brasileiras correspondeu à ordem de 8,8%, sendo menor do que o crescimento observado entre 2002 e 2005, que foi de 22.6% (BRASIL, 2010).

Então, define-se o terceiro setor baseando-se na caracterização das entidades que o representam, também conhecidas como entidades sem fins lucrativos, ou seja, é um setor que abrange, conforme determinado no artigo 44 do Código Civil, fundações e associações que não têm como finalidade auferir e distribuir seu lucro, mas que possuem como princípio institucional atender às necessidades coletivas.

2.1.1 Contexto histórico: nacional e internacional

Com base no papel desenvolvido pelas entidades sem fins lucrativos, pode-se visualizar a existência do terceiro setor há anos na história, visto que as ações filantrópicas já faziam parte da antiguidade.

Como demonstrado no estudo de Salamon (1998), ações voluntárias já eram observadas na China antiga, e essas ações acabaram sendo fortalecidas com a figura do budismo no século VIII. Já no Japão, as ações filantrópicas aparecem no período budista e na primeira fundação japonesa moderna, a Sociedade da Gratidão, a qual foi fundada em 1829, correspondendo a um século antes do surgimento da primeira fundação nos Estados Unidos.

A figura do terceiro setor, então, não remete à atualidade, ela existe desde o século VIII, na China antiga. No entanto, o destaque e a busca por consolidação de conhecimento sobre esse setor só vieram surgir tempos depois, após o estabelecimento das entidades sem fins lucrativos em diversas localidades.

O terceiro setor teve seus primeiros estudos desenvolvidos nos Estados Unidos, os quais já tinham, na década de 1960, o setor sem fins lucrativos bem definido e estabilizado, mas estudos sobre o tema só foram iniciados na década de 1980, com um aumento da produção nos anos de 1990 (FALCONER, 1999).

Corroborando o achado de Falconer (1999), de que estudos sobre o terceiro setor nos Estados Unidos iniciaram-se na década de 1980, o estudo desenvolvido por Weisbrod e Dominguez (1986) sobre a relevância das informações contábeis para os doadores remete, também, à década de 1980, mais precisamente ao ano de 1986.

Já no contexto brasileiro, na década de 1970, surge a figura que nos anos seguintes viria a se tornar a mais consolidada do terceiro setor, sendo mais recente em relação aos países mais desenvolvidos, onde as entidades sem fins lucrativos estavam voltadas para atividades relacionadas à defesa das classes minoritárias, do meio ambiente, entre outras (JUNQUEIRA, 2004).

As primeiras entidades sem fins lucrativos que figuraram no contexto brasileiro foram as Santas Casas de Misericórdia, as quais eram mantidas pela Igreja Católica e também recebiam apoio do governo de Portugal para a prestação de serviços (LANDIM, 1997). Dessa forma, no Brasil, exemplos clássicos do terceiro setor remetem às Santas Casas de Misericórdia e outras obras sociais, que mais recentemente são representadas pelas entidades sem fins lucrativos resultantes dos movimentos sociais que eclodiram na década de 1970 (FALCONER, 1999).

As entidades filantrópicas vinculadas às instituições religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia, continuaram a fazer parte do cenário brasileiro, contribuindo com ações sociais mesmo quando o Brasil se tornou independente de Portugal (ANDION; SERVA, 2004).

Ou seja, o terceiro setor começou a ser visualizado, no Brasil, figurado nas Santas Casas de Misericórdia, junto com a Coroa portuguesa, e continuou na cultura brasileira mesmo após a independência. Na década de 1970, outras entidades sem fins lucrativos foram surgindo, de acordo com os movimentos sociais que iam surgindo em cada região do país.

Todavia, até o ano de 1990, ainda não existia marco legal que regulamentasse as atividades exercidas pelas entidades sem fins lucrativos, até que, com a Comunidade Solidária, foi criado um grupo que trabalhou para a regulamentação das entidades de interesse social, o que se tornou o marco legal do terceiro setor no Brasil na década de 1990 (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003; TAVARES NETO; FERNANDES, 2010).

A criação da Comunidade Solidária proporcionou a regulamentação das entidades sem fins lucrativos, por meio do Decreto nº 3.100/1999. O Decreto regulamenta a Lei nº 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Oscip, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências (BRASIL, 1999).

A partir dessa primeira regulamentação para as entidades sem fins lucrativos, o quantitativo de entidades de interesse social começou a crescer no Brasil, o que também possibilitou o aumento do número de profissionais engajados nessas obras – isso pode ser observado no ano de 2010, quando foram criados 292.600 novos empregos nas fundações e associações sem fins lucrativos (BRASIL, 2010).

A instituição das entidades sem fins lucrativos, além de ter gerado o aumento de empregos para os brasileiros, também favoreceu o recebimento de apoio de instituições como o Banco Mundial, o qual representa uma instituição internacional que contribuiu bastante para consolidar e expandir o terceiro setor nos países em desenvolvimento (FALCONER, 1999). Isso implica dizer que o Banco Mundial, que possui um comitê exclusivo para tratar desse tipo de organização, acredita que a disseminação das instituições do terceiro setor é importante para conseguir atingir objetivos relacionados a todas as questões que envolvem o fator humano.

Dessa forma, é possível verificar que as questões filantrópicas não são recentes, elas já existem há tempos, entretanto, estudos que envolvem essa temática tiveram seu início a partir de 1960, e, no caso específico do Brasil, as pesquisas começaram em 1970. Em 1999, as entidades de interesse social foram regulamentadas pela Lei nº 9.790/1999, começando a receber apoio de órgãos do governo, assim como do Banco Mundial, visando à promoção e ao desenvolvimento de suas atividades, que focam em questões sociais.

2.1.2 Composição

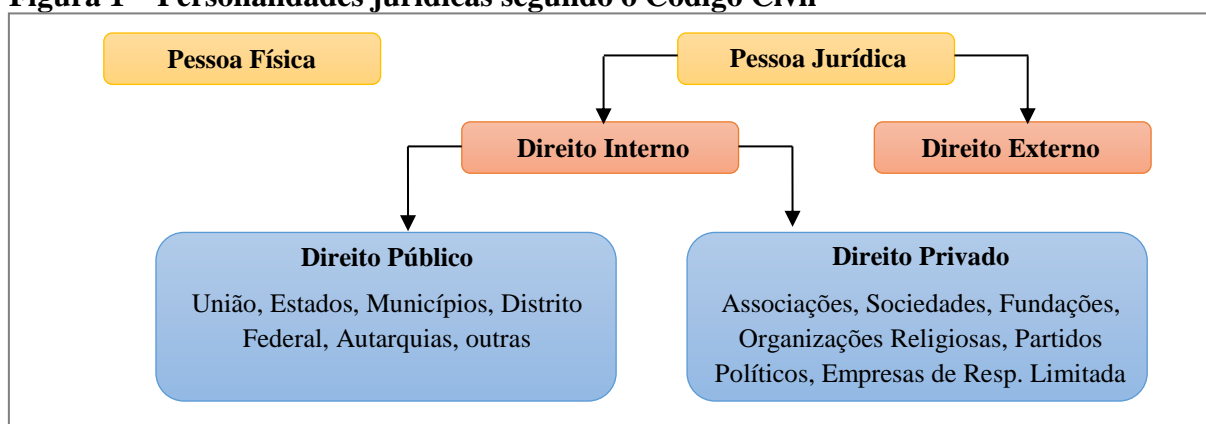
O terceiro setor é composto por um conjunto de entidades que pertencem à iniciativa privada, que possuem caráter público, não possuem fins econômicos e, quanto à estrutura, funcionam como associações e fundações, destinadas a anteder aos interesses sociais (TAVARES NETO; FERNANDES, 2010).

As organizações que pertencem ao terceiro setor são abertamente generalizadas. Devido a esse fato, muitos chamam tais entidades de organizações não governamentais (ONGs), simplesmente. Contudo, não existe legislação, no Brasil, que defina esse tipo de organização, ela é assim intitulada por conta de um senso comum e reconhecimento social.

Então, para entender como é formado o terceiro setor, primeiramente, é necessário fazer uma consulta ao Código Civil e identificar quais são as pessoas jurídicas de direito privado, pois, conforme visto anteriormente, as ONGs são de natureza privada, ou seja, são instituições criadas pela iniciativa privada, mas com a peculiaridade de não possuírem fins lucrativos.

Dessa forma, o artigo 44 do Código Civil apresenta que são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada (BRASIL, 2002, 2003, 2011). Formas jurídicas essas, que podem ser verificadas ilustrativamente na Figura 1.

Figura 1 – Personalidades jurídicas segundo o Código Civil



Fonte: Adaptado de Instituto Pro Bono (2005).

Dentre as pessoas jurídicas de direito privado, encontram-se: (a) as sociedades, que representam um grupo de pessoas que objetivam a obtenção de lucros; (b) as empresas individuais de responsabilidade limitada, que também visam ao lucro; (c) as organizações religiosas e os partidos políticos, que por si só se definem; e (d) as fundações e associações, que são as formas jurídicas representantes das entidades do terceiro setor, visto que seus objetivos não são econômicos.

Isso implica dizer que o terceiro setor é composto por entidades com características específicas: busca por promover ações voltadas ao bem estar coletivo, finalidade não lucrativa, adoção de personalidade jurídica mais adequada aos fins sociais da entidade (associação ou fundação), recursos financiadores das atividades advindos de subvenções e doações, aplicação dos resultados econômicos positivos nas atividades sociais a que a entidade se destina e, por fim, cumprir requisitos legais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003).

Dessa forma, o terceiro setor é composto por entidades com personalidade jurídica adequada às suas atividades de cunho social, ou seja, as fundações e associações, de forma que sempre promovam ações que envolvam o bem-estar coletivo, não tenham finalidade lucrativa, mas que suas atividades sejam financiadas por terceiros, pelo governo e pelo segundo setor.

Apesar de serem apenas de dois tipos (associações e fundações), pode-se classificar as entidades do terceiro setor em grupos que se relacionam à sua atividade, como saúde, meio ambiente, entre outras, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Classificação Internacional de Organizações sem Fins Lucrativos (ICNPO)

Grupos		Subgrupos	
1	Cultura e recreação	1100	Cultura e artes
		1200	Esportes
		1300	Outras em recreação e clubes sociais
2	Educação e pesquisa	2100	Educação fundamental e média
		2200	Educação superior
		2300	Outras em educação
		2400	Pesquisa
3	Saúde	3100	Hospitais e clínicas de reabilitação
		3200	Casas de saúde
		3300	Saúde mental e intervenção em crises
		3400	Outras em saúde
4	Serviços sociais	4100	Assistência social
		4200	Emergência e amparo
		4300	Auxílio à renda e sustento
5	Meio ambiente	5100	Meio ambiente
		5200	Proteção à vida animal
6	Desenvolvimento e Moradia	6100	Desenvolvimento social, econômico e comunitários
		6200	Moradia
		6300	Emprego e treinamento
7	Serviços legais, defesa de direitos civil e organizações políticas	7100	Organizações cívicas e de defesa de direitos civis
		7200	Serviços legais
		7300	Organizações políticas
8	Intermediárias filantrópicas e de promoção de ações voluntárias	8100	Fundações financiadoras
		8200	Outras intermediárias e de promoção do voluntariado
9	Internacional	9100	Atividades internacionais
10	Religião	10100	Associações e congregações religiosas
11	Associações profissionais de classes e sindicatos	11100	Organizações empresariais e patronais
		11200	Associações profissionais
		11300	Organizações sindicais
12	Não classificadas em outro grupo	12100	Não classificadas anteriormente

Fonte: Adaptado de United Nations (2003).

A classificação internacional apresentada demonstra que, independentemente de ser associação ou fundação, as entidades pertencentes ao terceiro setor também podem ser classificadas de acordo com os grupos que estão relacionados às suas atividades fins.

Mas as entidades do terceiro setor também podem buscar reconhecimento governamental como forma de se legitimar e, também por meio do reconhecimento legal, receber recursos governamentais para manutenção de suas atividades. As qualificações, registros, certificações e titulações encontradas no âmbito federal, são: (a) título de Utilidade Pública Federal (UPF); (b) registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); (c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas); (d) qualificação como Organização Social (OS); e (e) qualificação como Oscip.

O título de UPF é regido pela Lei nº 91/1935, que disciplina as regras que determinam requisitos para o ganho do título. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961, o qual foi modificado pelo Decreto nº 60.931/1967. A titulação de UPF é a declaração obtida por entidades que desenvolvem atividades consideradas úteis para o coletivo e que cumprem os demais requisitos dispostos na legislação (VOESE; REPTCZUK, 2011).

O presente estudo se atém apenas à qualificação de Oscip, visto a facilidade para obtenção das informações contábeis para análise e seu papel na sociedade. Desta forma, se apresentam, a seguir, algumas especificidades dessa entidade.

2.1.2.1 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

A definição exata de Oscip não existe concretamente, todavia, o entendimento sobre o que essas entidades seriam pode ser extraído da Lei nº 9.790/1999 – lei que dispõe sobre sua qualificação. Baseados nessa lei, Chagas, Araújo e Damascena (2011, p. 103) afirmam que:

As OSCIPs são entidades sem fins lucrativos qualificadas como tal pela Lei nº 9.790/1999 e regulamentadas pelo Decreto nº 3.100/1999, o qual também instituiu e disciplinou o Termo de Parceria. Podem solicitar qualificação como OSCIPs, quaisquer pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que preencham os requisitos da referida lei.

Com o objetivo de regulamentar a mencionada lei, o Decreto nº 3.100/1999, portanto, permitiu, obedecidas as exigências legais, que qualquer pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos pudesse solicitar ser reconhecida oficialmente como uma Oscip.

Dessa forma, o processo para conceituação de uma Oscip também necessita que sejam obedecidos outros critérios e requisitos para tal qualificação, tais como os descritos na Lei nº 9.790/1999, em seu artigo 3º.

Então, para que as organizações ainda sejam classificadas como Oscips, elas têm que ter objetivos básicos relacionados às necessidades coletivas, ou seja, às necessidades expressas pela população, tais como: a promoção da assistência social, do desenvolvimento econômico das regiões, dentre outros que foram descritos no referido artigo 3º da Lei nº 9.790/1999.

Com a breve análise do contexto em que uma entidade deve estar inserida para que seja classificada e qualificada como uma Oscip, pode-se concluir que a Oscip é definida como sendo uma organização que não possui finalidade lucrativa, mas que é da natureza de direito privado, tendo como finalidade precípua o atendimento às necessidades básicas da sociedade.

2.1.3 Recursos: doações e contribuições

Baseando-se na crescente demanda do terceiro setor perante a sociedade, no pressuposto que recursos financeiros são necessários para suprir essa demanda, verifica-se que existe uma concorrência entre as entidades sem fins lucrativos quanto à busca por forma de financiamentos de suas atividades e projetos (CRUZ, 2010).

O terceiro setor, para executar suas atividades e manter sua continuidade, necessita de doações (MARCUELLO; SALAS, 2001), de forma que essas contribuições ou doações, realizadas voluntariamente, são de suma importância (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986). Para tanto, as entidades do terceiro setor precisam desenvolver meios que consigam criar públicos que apoiem essas entidades, de maneira que elas consigam mais investimentos (DRUCKER, 1999).

Diante disso, constata-se a importância e a necessidade de as entidades buscarem transparência em suas atividades e, também, nas prestações de contas, pois, assim, podem garantir e obedecer acordos, contratos e estatutos, além de cumprir as exigências governamentais que possibilitam a angariação de benefícios, recursos, entre outros (SANTOS; SILVA, 2008).

Quanto aos investimentos sociais que são recebidos pelas entidades sem fins lucrativos, estes abrangem os recursos privados, que podem ser entendidos como recursos monetários ou não, e que são provenientes tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas. Esses investimentos podem ser vistos como doações ou contribuições.

Existe uma diferença quanto à conceituação de contribuições e doações. Diante disso, cabe dizer que as contribuições correspondem a recursos monetários advindos tanto de associados à entidade quanto de outras pessoas ou empresas que se sentem comprometidas, de forma periódica, a contribuir com qualquer quantia, podendo esta ser pré-fixada ou não, para

auxiliar em questões como manutenção da entidade, realização de obras ou outros projetos (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Já as doações, conforme disposto no artigo 538 do Código Civil, representam um contrato em que um indivíduo, por liberalidade, pode transferir do seu patrimônio bens ou vantagens para outra pessoa (BRASIL, 2002). Ou seja, a doação corresponde a um contrato entre pessoas (físicas ou jurídicas), cujo doador se desfaz de determinada parte de seu patrimônio, ato esse livre, e o transfere para o recebedor.

A diferença existente entre as doações e as contribuições, então, está quanto ao aspecto pecuniário e contratual, visto que as contribuições se restringem à entrega de recursos monetários a um receptor, enquanto as doações são um contrato, pelo qual uma pessoa pode doar dinheiro ou outros bens para outra pessoa.

Independentemente de suas diferenciações, os atos de doar e contribuir podem ser vistos e compreendidos como uma espécie de “negócio”, mas não com o viés capitalista e sim nos termos de maximização de resultado ou benefícios para o bem comum, ou seja, sob esta perspectiva, qualquer recurso doado precisa atender a algumas premissas (onde investir, como investir...), de forma que se torna um ato estratégico, eficiente e eficaz (KISIL, 2009).

Sob essa perspectiva apontada por Kisil (2009), os doadores das entidades sem fins lucrativos podem ser encarados como investidores, os quais não estão em busca de retorno financeiro, mas do aumento dos benefícios que as entidades sem fins lucrativos realizam para a sociedade com o atendimento das demandas sociais.

Os doadores acabam por contribuir em dinheiro em contrapartida de um acordo implícito sobre o nível e a qualidade da prestação de contas (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986). Observa-se que esse acordo da prestação de contas é um instrumento importante para o processo de angariação de recursos, pois permite a divulgação de informações interessantes para os contribuintes.

Sobre as tipificações das doações e contribuições, estas podem ser: (a) doações e contribuições privadas, que advêm de doadores não governamentais; e (b) doações e contribuições indiretas, que são oriundas de instituições que captam e repassam recursos (CRUZ, 2010). O termo doações privadas pode ser encontrado na literatura quando se trata dos investimentos no terceiro setor (OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009), assim como as doações indiretas (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

As contribuições se distanciam das doações no que concerne à sua definição, ante a periodicidade e a capacidade restrita de recursos pecuniários da primeira (CRUZ, 2010). Mas,

para os fins da presente pesquisa, as diferenciações conceituais entre contribuições e doações serão desconsideradas.

2.2 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DOAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: **teorias e relações**

A função precípua da contabilidade é gerar informações relevantes e fidedignas à realidade da organização, para que, assim, os usuários dessas informações possam compreendê-las e utilizá-las para as tomadas de decisão.

As informações contábeis saem em forma de relatórios, e para que esses relatórios sejam considerados úteis para as entidades do terceiro setor e para seus usuários externos, eles devem apresentar alguns aspectos. Mas, independentemente do setor que vá utilizar a contabilidade, as informações por ela repassadas devem ser úteis para seus usuários. Principalmente no caso das organizações do terceiro setor, as informações devem demonstrar a capacidade de continuidade da atividade, o ambiente e a sua natureza, a fim de evidenciar o fluxo dos recursos à disposição da empresa, dentre outros (ARAÚJO, 2009).

De forma geral, a informação contábil pode afetar ou influenciar o processo de decisão econômica dos seus usuários internos ou externos, quando isso acontece, significa que a informação contábil é relevante (CRUZ, 2010). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011), no pronunciamento contábil básico, diz que a relevância no que tange à informação contábil está no poder dela de influenciar na tomada de decisão, isto é, as informações contábeis podem ser consideradas relevantes quando auxiliam os usuários na decisão.

Ou seja, um dos principais motivos para utilizar a informação contábil no terceiro setor é em razão do processo de prestação de contas, pois a maior fonte de recursos dessas organizações é derivada de terceiros. E os terceiros querem saber como está o funcionamento da entidade e onde o recurso repassado está sendo aplicado.

A perspectiva informacional e sua relevância são consideradas como pontos de partida para estudos que buscam fazer relações entre as doações e as variáveis contábeis. Por isso, as demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos acabam por fornecer informações consideradas úteis para o processo de tomada de decisão de doar ou não doar, por parte dos doadores (CRUZ, 2010).

A análise da relevância da informação contábil é feita por um ramo de pesquisa empírica chamado de *value-relevance*, o qual, em sua essência, é voltado para o mercado de capitais (CRUZ, 2010). Mas, na área do terceiro setor, a pesquisa sobre *value-relevance* já é aplicada,

e nessa área ela busca estudar as associações que podem ocorrer entre a contabilidade e suas informações e as doações, que são o resultado do processo decisório (PARSONS, 2003).

Baseados na hipótese das informações contábeis úteis para os doadores, alguns estudos, como os de Weisbrod e Dominguez (1986), Callen (1994), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Frumkin e Kim (2001), Parsons e Trussel (2007), Jacobs e Marudas (2009) e Marudas, Hahn e Jacobs (2014), entre outros, buscaram identificar fatores encontrados nos relatórios financeiros que impactam nas doações. Diante desse objetivo, por meio de uma síntese de todos os achados, há quatro fatores quantitativos nos relatórios contábeis que impactam nas doações para as entidades sem fins lucrativos.

Sabe-se que existem diversos fatores que podem influenciar e impactar o processo de tomada decisão dos contribuintes em doar ou não doar para as entidades do terceiro setor (GORDON; KHUMAWALA, 1999). Mas as análises desenvolvidas nos estudos supramencionados, quando unidas, demonstraram que as doações estão significativamente relacionadas a: eficiência operacional, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação organizacional.

Ao abordar esses quatro fatores, quer se demonstrar, por meio de medidas contábeis, se os relatórios contábeis divulgados pelas entidades sem fins lucrativos apresentam informações que são úteis para os doadores e demais usuários das demonstrações.

Quanto às teorias, sabe-se que teorias econômicas que são aplicadas às entidades do terceiro setor na literatura podem ser agrupadas de duas maneiras: (a) teorias que tratam do papel das entidades sem fins lucrativos; (b) teorias que abordam sobre o comportamento (HANSMANN, 1987).

Diante dessas vertentes, este estudo baseia-se no segundo agrupamento das teorias econômicas aplicadas ao terceiro setor, ou seja, nas teorias que abordam sobre o comportamento, de forma que a teoria regente do estudo é a teoria da demanda (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009).

2.2.1 Teoria da demanda

Para tratar da teoria da demanda no terceiro setor, traz-se, primeiramente, o conceito de demanda, que é a quantidade de um bem ou serviço que uma pessoa ou um grupo de pessoas deseja consumir em um período, observando a condição orçamentária (IUNES, 1995; MONTORO FILHO, 2008; VASCONCELLOS, 2011). E, intrínseca a essa demanda, têm-se as preferências do

consumidor, a renda que possui disponibilizada para aquisição dos bens ou serviços, o preço desses bens ou serviços, assim como a qualidade que é percebida em tais bens e serviços.

Ao tratar do valor e qualidade percebida pelo consumidor, é necessário que informações suficientes sejam disponibilizadas aos consumidores, pois elas os tornam capacitados para perceber um valor correspondente ao valor real do bem ou serviço (LAITINEN, 2011).

De acordo com Montoro Filho (2008), essas variáveis que influenciam a escolha do consumidor podem ser expressas de forma matemática, ou seja:

$$D_x = f(P_x, P_i, P_2... P_{n-1}, R, G) \quad (1)$$

Sendo:

D_x = demanda do bem x ;

P_x = preço do bem x ;

P_i = preço dos outros bens, $i-1, 2, \dots n-1$;

R = renda; e

G = preferências.

Com foco no terceiro setor, a teoria da demanda para as entidades sem fins lucrativos busca descrever as doações realizadas para tais entidades, de forma que provê uma racionalidade para que os doadores contribuam com o intuito de sustentar e apoiar o resultado do bem público de uma entidade sem fins lucrativos (KINGMA, 1997).

O bem público pode ser visto como um produto público, e este pode ser entendido tanto como os serviços quanto como os próprios produtos provenientes da execução das atividades das entidades do terceiro setor (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986).

Como pressupostos, têm-se que os agentes agem de forma racional para buscar seus objetivos individuais para maximizar a utilidade, admitindo a existência de possibilidades de produção, assim como de tecnologias que permitam a produção dos bens de consumo (coletivos e privados), além de o consumo dos bens ser função da utilidade de cada agente, não apresentando funções de utilidade iguais para os agentes (WEISBROD, 1975).

Então, a teoria da demanda provém de hipóteses criadas sobre as escolhas que um consumidor tem de fazer entre os bens que lhe são permitidos obter conforme seu orçamento (MONTORO FILHO, 2008).

Sob essa perspectiva da teoria da demanda, analisam-se os fatores que influenciam o poder de escolha do doador das entidades sem fins lucrativos, de forma que se preconiza o

impacto de cada um desses fatores sobre a demanda do investidor, o qual busca tais produtos devido à utilidade que lhes é enxergada (CRUZ, 2010).

Montoro Filho (2008) apresenta alguns desses fatores que influenciam o poder de escolha do consumidor, e, no caso do terceiro setor, dos doadores, sendo estes o preço do bem e a disponibilidade orçamentária do doador/consumidor.

Weisbrod e Dominguez (1986) desenvolveram um modelo empírico inicial, baseado na teoria da demanda, de forma que a doação é representada pela demanda de produtos das entidades do terceiro setor pelos doadores, e os fatores que influenciam são: (a) preço, que representa a eficiência organizacional; (b) disponibilidade de informação; e (c) qualidade percebida nos produtos.

2.2.1.1 Eficiência operacional e doações

Para uma empresa ser considerada eficiente, ela tem que ter a capacidade de produzir o que está programado, utilizando a menor quantidade de recursos (CATELLI, 2001). Assim, a eficiência, em termos contábeis, pode ser vista como uma melhor maneira de se utilizar recursos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; ATKINSON et al., 2000), ou seja, capacidade de gerar os melhores resultados, utilizando menos recursos e esforços.

Tratando-se do terceiro setor, a eficiência pode ser definida como o grau de direcionamento dado pelas entidades sem fins lucrativos para os recursos disponíveis para o cumprimento de sua missão (PARSONS, 2003). Em consonância com essa ideia, Tinkelman e Mankaney (2007) dizem que essa eficiência também pode ser chamada de eficiência administrativa. Dessa forma, para as entidades sem fins lucrativos, a eficiência pode ser entendida como a utilização dos recursos angariados e disponíveis da entidade para a consecução dos objetivos da organização.

As medidas de eficiência no terceiro setor conseguem indicar a porção média de cada contribuição recebida pela entidade sem fins lucrativos que alcança os beneficiários das organizações (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Mas se sabe que essas medidas no terceiro setor encontram problemas com a quantificação dos produtos (*outputs*), por serem difíceis de mensurar (PARSONS, 2003). Isso ocorre devido à medida não poder ser obtida diretamente nos relatórios contábeis.

Diante das limitações fornecidas pelos relatórios contábeis para fazer a medição da eficiência, os pesquisadores que trabalham com a utilização da informação contábil para as doações trabalham com medidas relacionadas apenas com os recursos consumidos.

Como medidas de eficiência no terceiro setor, pode-se ter: (a) preço (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; CALLEN, 1994; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS; HAHN; JACOBS, 2014); (b) taxa com programas (FRUMKIN; KIM, 2001; PARSONS 2007); e (c) taxa administrativa (FRUMKIN; KIM, 2001; PARSONS, 2007; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS; HAHN; JACOBS, 2014).

2.2.1.1.1 Preço

Com base na teoria da demanda, o preço (PRICE) é uma variável capaz de influenciar o doador na escolha das entidades sem fins lucrativos. E o preço é o preço de contribuir, ou seja, o custo do doador para comprar a produção das entidades sem fins lucrativos (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986). Assim, para o terceiro setor, o preço é determinado inicialmente pelas informações contábeis, e a demanda do doador acaba por ser função do preço (CRUZ, 2010).

Conforme modelo criado por Weisbrod e Dominguez (1986), os impostos eram considerados para se encontrar o preço. Mas outros estudos (KHANNA; POSNETT. SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS, HAHN, JACOBS, 2014) desconsideraram o efeito dos impostos, de forma que o preço pode ser encontrado pela razão entre as despesas totais de uma entidade sem fins lucrativos e a despesa com programas.

Nesse modelo, as despesas totais representam a soma de todas as despesas da entidade sem fins lucrativos. Já as despesas com programa representam o total das despesas que se referem às atividades realizadas pela entidade sem fins lucrativos para atingir a sua missão.

Baseando-se nos resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se que a relação entre o preço e as doações seja negativa, porque quanto maior a proporção entre as despesas, menor é as doações recebidas.

2.2.1.1.2 Taxa com programas

A taxa dos programas (PROG) corresponde à anti-imagem da variável preço, de forma que pode ser compreendida como um percentual dos gastos totais (despesas totais) que foram

utilizados com programas (BABER; ROBERTS; VISVANATHAN, 2001; TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Segundo Baber, Roberts e Visvanathan (2001), a variável PROG pode indicar a estratégia que uma entidade sem fins lucrativos utiliza para captar seus recursos. Assim, a variável é um bom indicativo para as entidades verificarem como estão as outras entidades em relação aos projetos de captação de novos recursos.

A taxa com programas pode ser encontrada pela razão entre as despesas com programas de uma entidade sem fins lucrativos e as despesas totais, em que as despesas com programa representam o total das despesas que se referem às atividades realizadas pela entidade sem fins lucrativos para atingir a sua missão. Já as despesas totais representam a soma de todas as despesas da entidade sem fins lucrativos.

Baseando-se nos resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se que a relação entre a taxa com programas e as doações seja negativa, assim como que essa variável seja inversa à variável PRICE.

2.2.1.1.3 Taxa administrativa

A taxa administrativa (ADMIN) pode ser entendida como a despesa administrativa de uma entidade sem fins lucrativos como um percentual das despesas totais (TRUSSEL; PARSONS 2007). De forma geral, a taxa administrativa é a relação existente entre a despesa administrativa e o total das despesas em percentual.

O estudo desenvolvido por Frumkin e Kim (2001) não conseguiu encontrar uma relação significativa entre a taxa administrativa e as doações recebidas pelas entidades que eles analisaram, mas Trussel e Parsons (2007) e outros estudos anteriormente citados, ao testarem a mesma variável, conseguiram encontrar uma relação entre as doações e essa taxa.

A taxa administrativa é calculada por meio da razão entre as despesas administrativas e as despesas totais, informações essas encontradas na demonstração do resultado.

Baseando-se nos resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se que a relação entre a taxa administrativa e as doações seja negativa.

2.2.1.2 Estabilidade financeira e doações

A estabilidade é a capacidade que uma entidade sem fins lucrativos tem para continuar operando quando enfrenta problemas de diminuição de recursos (PARSONS, 2003), de maneira

que esse é um indicador que auxilia a própria organização a visualizar se possui condições de continuar operando caso aconteça alguma crise que possa vir a diminuir a sua arrecadação de recursos. Essa estabilidade financeira, então, pode ser vista e entendida como um indicador que transmite informações sobre a continuidade das atividades das entidades (CUNHA; PEREIRA, 2012).

Então, as medidas sobre a estabilidade financeira podem ser utilizadas para auxiliar os doadores e os gestores a identificar sinais de vulnerabilidade, visto não terem capacidade de continuar as atividades diante de uma crise. Diante disso, Tuckman e Chang (1991) desenvolveram um estudo que apresentou medidas que permitem verificar a situação financeira de uma entidade sem fins lucrativos.

Com base no estudo realizado por Tuckman e Chang (1991), têm-se três medidas que podem ser utilizadas para investigar a vulnerabilidade financeira de uma entidade: (a) adequação do patrimônio social líquido (EQUITY); (b) concentração de receita (CONCEN); e (c) margem operacional (MARGIN). Todas essas medidas foram testadas nos estudos de Trussel e Parsons (2007), Trussel e Greenlee (2004 apud TRUSSEL; PARSONS, 2007), Parsons e Trussel (2008 apud TRUSSEL; PARSONS, 2007) e Marudas (2004 apud TRUSSEL; PARSONS, 2007), que demonstraram as suas relações positivas com as doações.

2.2.1.2.1 Adequação do patrimônio social líquido

Se ocorrer uma diminuição temporária na arrecadação de receitas, uma entidade sem fins lucrativos que conseguir ter acesso a fundos pode enfrentar essa crise com menos risco (TRUSSEL; PARSONS, 2007). A adequação do patrimônio líquido (EQUITY) é um índice capaz de gerar uma medida que representa, em números, o tempo de receita que uma entidade sem fins lucrativos possui.

A variável EQUITY, então, é capaz de demonstrar, por meio de cálculos feitos com números extraídos dos relatórios contábeis das entidades sem fins lucrativos, se uma empresa possui condições de enfrentar uma crise de baixa de receita, acessando os seus fundos, pois se entende que uma empresa com maior concentração de ativos líquidos possa lidar melhor com questões de continuidade. Assim, Trussel e Parsons (2007) dizem que uma entidade que possuir uma quantidade alta de ativos líquidos em relação à receita total pode ser mais capaz de liquidação e de obtenção de créditos.

Uma forma de se encontrar essa medida de estabilidade é verificando-se a razão entre os ativos líquidos e a receita total da entidade. Ou seja, pode ser encontrada pela proporção entre os ativos líquidos e a receita total (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Ativos líquidos são aqui considerados como correspondentes ao patrimônio líquido.

Baseando-se nos resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se que a relação entre a adequação do patrimônio social líquido e as doações seja positiva.

2.2.1.2.2 Concentração de receita

Uma entidade sem fins lucrativos que possuir um maior número de fontes de receita pode ser menos suscetível a choques relacionados ao aspecto financeiro, de forma que, se uma firma é dependente só de uma ou de algumas fontes de receita, torna-se vulnerável quando ocorrem problemas econômicos ou mudanças nas preferências de doação (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Então, a concentração de receita (CONCEN) tem como meta a evidenciação do grau de concentração de receitas no que diz respeito às fontes (CUNHA; PEREIRA, 2012). Tuckman e Chang (1991) dizem que, se existe apenas uma fonte de receita, esse índice é igual a 1.

Para identificar esse índice, é necessário realizar a soma das receitas por fonte, e o resultado dessa soma deve ser dividido pelo total de receitas da entidade. Após essa operação, o valor encontrado deve ser elevado ao quadrado e, assim, é identificado o índice CONCEN (TUCKMAN; CHANG 1991; TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Baseando-se nos resultados encontrados nos estudos anteriores, apresentados no tópico 2.2.2., espera-se que entidades com baixa concentração de receita recebam mais doações. Porém, a medida de concentração de receita não será utilizada no estudo, devido à dificuldade de encontrar as informações necessárias para seus cálculos na base de dados.

2.2.1.2.3 Margem operacional

A margem operacional (MARGIN) pode ser vista como uma medida semelhante à margem bruta que é utilizada no ambiente das empresas que buscam o ganho do lucro e dividem-no em dividendos (TUCKMAN; CHANG 1991).

Assim, a relação entre a diferença entre as receitas e despesas, dividida pela receita total, é a margem operacional (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Ou seja, a margem operacional, para

o terceiro setor, pode ser encontrada como uma medida representada pela diferença das receitas e despesas; sendo esta, por sua vez, dividida pela receita.

Entidades que possuem um maior indicativo de margem operacional estão menos suscetíveis a problemas que se relacionam à sua estabilidade, de maneira que entidades com boa margem operacional mais dificilmente serão abaladas economicamente, impedindo-as de manter suas atividades.

Os estudos anteriores verificaram, então, que entidades que demonstraram índices de margem operacional mais altos conseguiram arrecadar mais doações do que as entidades com um baixo nível de margem operacional.

2.2.1.3 Disponibilidade de informações e doações

A entidade sem fins lucrativos deve se preocupar em disponibilizar informações, para os potenciais doadores, sobre a missão da organização e a situação de seus beneficiários, trabalhando, assim, a publicidade de informações. No estudo desenvolvido por Weisbrod e Dominguez (1986), constatou-se que a quantidade de informações disponibilizada para os doadores acaba por influenciar nas doações recebidas pelas entidades do terceiro setor.

O trabalho para arrecadar fundos é semelhante ao desenvolvido pela publicidade, visto fornecer informações sobre a entidade sem fins lucrativos e suas operações para os doadores e potenciais doadores (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Mas no Brasil essa situação de captação de recursos é um pouco diferente, pois as entidades sem fins lucrativos brasileiras acabam por direcionar o que arrecadam para suas próprias causas e não para a divulgação de suas operações e missão, por meio de folhetos, propagandas, entre outros (PEREIRA, 2001).

Ademais, não é fácil mensurar essa disponibilidade de informação, mas foram desenvolvidas duas medidas capazes de demonstrar tal questão (TRUSSEL; PARSONS, 2007), quais sejam: (a) despesa com captação de recursos (FUND); e (b) índice de eficiência de captação de recursos (FUNDCONT).

Essas medidas foram testadas em estudos anteriores (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009).

A despesa de captação de recursos (FUND) é um indicador que pode servir como um medidor que demonstra o nível de disponibilidade de informações (CUNHA; PEREIRA, 2012). Essa medida pode ser encontrada por meio dos estudos empíricos anteriores, que demonstraram

que a despesa com a captação de recursos está relacionada de forma positiva com as contribuições recebidas pelas entidades sem fins lucrativos, de forma que a despesa com captação de recursos impacta de forma positiva nas doações.

O índice de captação de recursos (FUNDCONT) aborda a eficiência e a eficácia da captação de recursos, e é encontrado pela divisão das despesas com captação pelas contribuições totais (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

As medidas foram aqui apresentadas devido à sua importância para as doações, mas elas não serão utilizadas no presente trabalho, devido à dificuldade de se encontrar as informações necessárias para seus cálculos na base de dados.

2.2.1.4 Reputação organizacional e doações

A reputação organizacional pode ser entendida como a imagem da organização que é enxergada pelas partes interessadas (FOMBRUN, GARDBERG, SEVER, 2000). Ou seja, a reputação organizacional está relacionada com a imagem que a entidade passa para os seus doadores.

Assim, a reputação pode figurar como um recurso de valor ou vantagem que uma organização pode ter (BARNEY, 1991), tornando-se uma parte importante para uma entidade sem fins lucrativos, pois os doadores checam essa reputação para avaliar a doação (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Para a visualização da reputação de uma entidade, desenvolveram-se algumas medidas, sendo estas: idade da organização (AGE), tamanho da entidade (SIZE), subvenções governamentais (GRANTS), receitas com programas (PROGREV) e outras receitas (OTHREV).

Todas essas medidas foram testadas nos estudos de Weisbrod e Dominguez (1986), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Khanna e Sandler (2000), Okten e Weisbrod (2000), Marcuello e Salas (2001), Trussel e Parsons (2007), Jacobs, Hahn e Marudas (2014), que demonstraram suas relações com as doações.

As medidas foram aqui apresentadas devido à sua importância para as doações, mas as medidas chamadas de PROGREV e OTHREV não serão utilizadas no presente trabalho, devido à dificuldade de se encontrar as informações necessárias para seus cálculos na base de dados.

Os estudos anteriores verificaram, então, que entidades que demonstraram índices de reputação organizacional mais altos conseguiram arrecadar mais doações do que as entidades

com um baixo nível. Ou seja, demonstra que existe uma relação positiva entre os itens da reputação organizacional e as doações.

2.2.1.4.1 Idade da organização

A idade pode ser considerada fonte de informação sobre a reputação de uma entidade sem fins lucrativos, já que se pressupõe que entidades mais antigas estão atuando por mais tempo e mostram sua continuidade (OKTEN; WEISBROD, 2000). Então, a idade da organização (AGE) está relacionada à visibilidade das entidades sem fins lucrativos pelo tempo em que atuam.

A idade, conforme desenvolvido nos estudos anteriores, é calculada por meio do logaritmo natural do número de anos desde que foi registrada como entidade.

Com base nos resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se uma relação positiva entre a idade da organização e as doações por ela recebidas, o que implica dizer que existe uma relação positiva entre as doações e a idade organizacional.

2.2.1.4.2 Tamanho da organização

Já o tamanho da organização (SIZE) pode refletir a capacidade de uma entidade de ser bem-sucedida em sua missão e na arrecadação de receitas (CUNHA; PEREIRA, 2012), de forma que o crescimento de uma organização só pode ser atingido quando uma entidade sem fins lucrativos é capaz de continuar a gerar receita ao longo de muitos anos (TRUSSEL; PARSONS, 2007).

O tamanho organizacional, conforme desenvolvido nos estudos anteriores, é calculado por meio do logaritmo natural do valor do ativo total encontrado nos relatórios contábeis.

Com base nos resultados encontrados nos estudos anteriores, constata-se como previsão de comportamento da variável tamanho da organização em relação as doações, que esta se relaciona de maneira positiva. Ou seja, quanto maior a organização, maiores são as doações recebidas por ela.

2.2.1.4.3 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais servem como instrumentos de monitoramento, pois sujeitam as entidades sem fins lucrativos a um processo mais rigoroso de fiscalização, e isso é

traduzido na reputação (TRUSSEL; PARSONS, 2007). Ou seja, as contribuições governamentais acabam surgindo como um bom medidor de reputação, já que entidades que recebem esse benefício passam por um processo mais rigoroso de fiscalização pelo governo.

As subvenções governamentais, conforme desenvolvido nos estudos anteriores, são calculadas por meio do logaritmo natural do valor correspondente ao somatório de todas as subvenções advindas do governo.

Utilizando-se como base os resultados encontrados nos estudos anteriores sobre a temática, espera-se encontrar uma relação positiva entre as subvenções governamentais e as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos, o que implica dizer que existe uma relação positiva entre as doações e subvenções governamentais.

2.2.2 Estudos empíricos anteriores

Estudos sobre a relação entre as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos e as informações contábeis existem desde a década de 1980, desenvolvidos nesse período no âmbito internacional e posteriormente verificados na esfera nacional. Esses estudos realizaram diversas análises, em que experimentos, análise fatorial, dados em painel figuraram em maior quantidade.

2.2.2.1 Estudos empíricos internacionais

O primeiro estudo, trabalho seminal na área de verificação da relação das informações contábeis com as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos, foi desenvolvido por Weisbrod e Dominguez (1986). Os autores utilizaram da técnica de regressão linear com dados por meio de corte transversal, com o método dos mínimos quadrados ordinários, para analisar se as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos são influenciadas por variáveis como: (a) preço, que reflete a eficiência organizacional; (b) qualidade dos produtos da entidade, mensurado pela idade da entidade; e (c) disponibilidade de informações para os usuários externos (doadores), que foi mensurada por meio dos gastos com captação de recursos. Nesse estudo, foram analisadas 300.000 organizações sem fins lucrativos norte-americanas, e as informações foram extraídas do Formulário 990, para o período de 1974 a 1976. Os resultados de Weisbrod e Dominguez (1986) indicaram uma relação de quanto menor foi o preço (maior eficiência, visto que cumpre sua missão com preços menores), maiores doações são recebidas pelas entidades, sugerindo uma relação negativa. Quanto à disponibilidade de informações, medida pelos gastos com captação de recursos, os autores identificaram que, quanto maior o

gasto para captar recursos, maiores as doações recebidas, gerando uma relação positiva. A idade, que representa a qualidade percebida dos produtos, também apresentou uma relação positiva com as doações, quanto mais antiga a entidade é, maior o número de doações recebidas. Também identificaram que a ação de gerar novas propagandas para captar mais recursos não é efetiva, decrescendo com a idade.

Posteriormente, surgiu a pesquisa de Callen (1994), que buscava explicar a variação transversal nas doações em dinheiro para instituições de caridade no nível organizacional. Para atingir seu objetivo, o autor utilizou o modelo de Posnett e Sandler (1989), que testou, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários, os efeitos do preço, da despesa com captação de recursos, da idade, da relação entre idade e captação de recursos, do legado, das receitas governamentais e das receitas autônomas. Mas, ao fazer uso do modelo proposto por Posnett e Sandler (1989), Callen (1994) retirou do modelo as variáveis legado e interação entre a idade e a despesa com captação de recursos, visto terem apresentando uma alta multicolinearidade.

Como base de dados, Callen (1994) utilizou dados coletados de 72 entidades sem fins lucrativos do segmento de saúde que atuavam no Canadá. E os resultados encontrados pelo autor demonstram que a variável preço se relaciona negativamente com as doações recebidas pelas organizações do terceiro setor, enquanto a despesa com captação de recursos, a idade, as receitas governamentais e as receitas autônomas se relacionaram de forma positiva com as doações.

Sobre a mesma questão de investigar a relação entre as doações e as informações contábeis, Khanna, Posnett e Sandler (1995) buscaram analisar informações das 159 maiores entidades sem fins lucrativos do Reino Unido, informações estas extraídas da *Charities Aid Foundation*, para o período de tempo de 07 anos (1983-1990). Os autores testaram um modelo linear tanto para a amostra como um todo, como também por área de atuação da entidade, como saúde, educação etc. Esse modelo foi testado por meio da utilização de regressão com dados em painel, com base na abordagem dos efeitos fixos. Como variáveis explicativas para as doações, os autores utilizaram: preço, gastos com captação de recursos, receitas autônomas (como exemplo, têm-se aluguel e taxas), receitas governamentais, legados (que são os bens angariados pela organização por meio de herança) e, por fim, idade da entidade. Como achados, descobriram que as receitas autônomas não são estatisticamente significantes para o modelo. Já os gastos com captação de recursos, as receitas governamentais, o legado e a idade, apresentaram coeficientes significantes, demonstrando uma relação positiva com as doações. A significância também foi encontrada para o preço, mas a relação com as doações foi negativa.

O modelo empírico desenvolvido por Khanna, Posnett e Sandler (1995) voltou a ser testado por Khanna e Sandler (2000), em cujo estudo a amostra utilizada foi a mesma do trabalho desenvolvido por Khanna, Posnett e Sandler (1995), ou seja, utilizaram informações das 159 entidades sem fins lucrativos do Reino Unido para o período de tempo de 7 anos (1983-1990). Os autores buscaram realizar o estudo com uma nova construção metodológica, de modo que fizeram uso de outras técnicas econométricas, já que detectaram um problema de endogeneidade na variável explicativa receita governamental. Esse problema significa que uma variável explicativa está correlacionada com o erro (WOOLDRIDGE, 2011). Com a ciência da variável explicativa endógena (receitas governamentais), os autores testaram o modelo em sua forma linear, por meio de dados em painel, e, após vários testes, optaram pela abordagem de efeito fixo. Os achados encontrados por Khanna e Sandler (2000) suportam os encontrados por Khanna, Posnett e Sandler (1995), de forma que identificaram uma relação negativa entre as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos com o preço e com as receitas autônomas (esta última relação não foi significativa para Khanna, Posnett e Sandler (1995)), e uma relação positiva com os gastos com captação de recursos, as receitas governamentais, o legado e a idade.

O trabalho desenvolvido por Okten e Weisbrod (2000) buscou ampliar e aprimorar os procedimentos adotados por Weisbrod e Dominguez (1986), inserindo duas novas variáveis ao modelo empírico (contribuições governamentais e receitas com programas). Nesse estudo de Okten e Weisbrod (2000), foram analisadas informações extraídas do Formulário 990 (IRS/SOI), para o período de 1982 a 1994, de entidades de sete tipos, conforme a finalidade de suas atividades (religiosa, saúde etc.). Os autores também utilizaram de variáveis *dummies* para controlar os possíveis efeitos advindos das mudanças ocorridas na legislação do Imposto de Renda no que tange às doações privadas, para os anos de 1984 e 1986. Okten e Weisbrod (2000) testaram o modelo empírico em forma log-linear, com a utilização de regressão com dados em painel e abordagem de efeitos fixos. Os métodos utilizados foram dos mínimos quadrados ordinários e dos mínimos quadrados de dois estágios, visto buscarem resolver o problema da endogeneidade do modelo, no que se refere às variáveis preço e despesas com captação de recursos, que podem estar correlacionadas com o termo de erro.

Como resultados de seu estudo empírico, Okten e Weisbrod (2000) identificaram a existência de relação entre o preço e as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos estudadas, assim como entre interação entre a idade com as despesas com captação de recursos e as doações, de modo que essas relações foram negativas. Já as despesas com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas e a idade, apresentaram uma relação positiva com as doações.

A relação entre as informações contábeis e as doações recebidas pelo terceiro setor também foram estudadas por Frumkin e Kim (2001). Os autores coletaram informações de 2.359 entidades sem fins lucrativos dos Estados Unidos, por meio do Formulário 990 (IRS/SOI) para o período de 10 anos, entre 1985 e 1995. Sobre as organizações pertencentes à amostra, os autores buscaram separá-las, também, por área de atuação, como artes, saúde, educação etc., com o objetivo de controlar efeitos que pudessem surgir pelas diferentes finalidades das instituições.

Como variáveis independentes, Frumkin e Kim (2001) utilizaram a taxa de despesas administrativas, as despesas com programas, as despesas com captação de recursos, as receitas governamentais e as receitas totais. Para testar o modelo em forma de log-linear, os autores utilizaram regressão com dados em painel, focando no método dos mínimos quadrados generalizados. Uma observação sobre as variáveis é que todas foram para o modelo em sua forma logarítmica, menos a taxa de despesas administrativas. Após análise, Frumkin e Kim (2001) identificaram que a taxa das despesas administrativas não foi significativa para o modelo. Já despesa com programas, despesa com captação de recursos, receitas totais e receitas governamentais, relacionaram-se de maneira positiva com as doações privadas.

Já Marcuello e Salas (2001) buscaram analisar o que determina as doações tanto em dinheiro quanto em tempo para as organizações sem fins lucrativos da Espanha. Como determinantes das doações, os autores selecionaram variáveis como: custo operacional, custo para se obter uma unidade de produto ou serviço, idade, grupo controlador (*dummy* para saber se é religiosa, ou não), forma geral (*dummy* para saber se é fundação ou não), receita governamental central e receita governamental local. As variáveis (dependentes e independentes) foram coletadas de 50 instituições da Espanha para o período de 1992 e 1993. O modelo criado foi log-linear e foi testado por meio da utilização de regressão com dados em corte transversal por três métodos: (a) mínimos quadrados ordinários; (b) mínimos quadrados de dois estágios; e (c) modelo de regressão aparentemente não relacionada. Os autores selecionaram esses métodos (mínimos quadrados de dois estágios, modelo de regressão aparentemente não relacionada) por acreditarem que o custo operacional e o custo para se obter uma unidade de produto ou serviço eram variáveis endógenas; e também por decidirem estimar um modelo para cada tipo de receita e buscarem identificar possíveis correlações entre os termos de erros para os três modelos (doações privadas, doações de tempo e subsídio governamental).

Quanto aos resultados encontrados por Marcuello e Salas (2001), eles identificaram semelhanças para os três métodos que utilizaram (mínimos quadrados ordinários, mínimos

quadrados de dois estágios e modelo de regressão aparentemente não relacionada) e encontraram que as variáveis: grupo controlador (*dummy* para saber se é religiosa, ou não), forma geral (*dummy* para saber se é fundação ou não), receita governamental central e receita governamental local, não são estatisticamente significantes para o modelo, enquanto a variável custo para se obter uma unidade de produto ou serviço se relacionou negativamente com as doações, e as variáveis: idade e custo operacional se relacionaram de maneira positiva com as doações.

Jacobs e Marudas (2004) verificaram a relação de alguns fatores com as doações das entidades sem fins lucrativos. Os dados para composição das variáveis do estudo foram retirados do Formulário 990 (IRS/SOI) de 838 organizações do terceiro setor dos Estados Unidos, da área de ensino superior, pesquisa científica e hospitalar, na faixa de tempo entre 1985 e 1994. Os autores testaram o modelo proposto no estudo de Okten e Weisbrod (2000), alterando alguns aspectos, como a variável preço, que passou a ser identificada pela razão entre as despesas totais e as despesas com programas, e retiraram do modelo a variável que correspondia à relação entre a idade da organização e suas despesas com captação de recursos, visto terem identificado um alto grau de multicolinearidade. Dessa forma, a variável dependente do modelo foram as doações, e as variáveis explicativas que compuseram o modelo foram: despesas com captação de recursos, preço, idade, receitas governamentais e receitas com programas.

O modelo empírico testado por Jacobs e Marudas (2004) foi no formato log-linear, com abordagem *two-way fixed effects* e o método dos mínimos quadrados de dois estágios. A abordagem *two-way fixed effects* foi utilizada para tentar controlar efeitos temporais não considerados no modelo, já o método dos mínimos quadrados de dois estágios foi escolhido e utilizado para reduzir os efeitos advindos da endogeneidade do modelo. Diante disso, os resultados encontrados no estudo demonstraram a existência de uma relação negativa entre o preço e as doações, no caso das entidades de pesquisa. Já para as entidades hospitalares, verificou-se uma relação positiva entre as doações e o preço, enquanto que, para as entidades de ensino superior, a relação positiva encontrada foi entre as receitas governamentais e as doações. As demais variáveis do estudo não apresentaram relações estatisticamente significantes.

O estudo desenvolvido por Parsons (2007) trouxe uma nova abordagem para essa busca da influência das informações contábeis nas doações do terceiro setor. A autora utilizou de uma abordagem metodológica de experimento em um ambiente de laboratório, para atingir seu objetivo de investigar o impacto que as informações contábeis financeiras e a divulgação voluntária têm sobre as doações e contribuições individuais das entidades sem fins lucrativos.

Dessa forma, as informações financeiras que Parsons (2007) utilizou em seu estudo foram: despesas com programas, taxa de captação de recursos, despesas administrativas, serviços prestados e atividades realizadas pela entidade, doadores prévios.

Para seu experimento em laboratório, Parsons (2007) reuniu 238 estudantes da área de negócios dos Estados Unidos e solicitou que eles esprimissem suas opiniões sobre a utilidade de 4 formas de solicitação para arrecadação de recursos, sendo elas: (a) somente a solicitação de recursos; (b) solicitação de recursos acompanhada de informações contábeis de caráter financeiro que foram extraídas das demonstrações contábeis auditadas, e que foram apresentadas de maneira gráfica com o objetivo de enfatizar medidas de eficiência usadas amplamente na literatura; (c) solicitação de recursos acompanhada de uma descrição de todos os serviços prestados e atividades realizadas pela entidade sem fins lucrativos; e (d) recebeu todas as informações. Como resultado desse experimento, a pesquisadora encontrou que a divulgação das informações não financeiras (descrição de todos os serviços prestados pela entidade sem fins lucrativos, assim como as atividades realizadas por ela) é útil para o processo decisório de doar, apesar de não angariar maiores volumes de doações.

Tinkelman e Mankaney (2007) decidiram testar e comparar três tipos de modelos: o *Price Model*, o modelo de Greenlee e Brown (1999) e o modelo de Frumkin e Kim (2001). Essa escolha foi realizada com o intuito de verificar se existe alguma associação entre as doações e a taxa de despesas administrativas. Os modelos de Greenlee e Brown (1999) e de Frumkin e Kim (2001) foram testados com as mesmas amostras dos estudos originais. Para o *Price Model*, que foi testado na forma de log-linear, os autores fizeram uso de regressão com dados em corte transversal, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários, cujas variáveis foram: taxa de despesas administrativas, taxa de despesas com captação de recursos, despesas com captação de recursos, idade, total de ativos, receitas com programas receita governamental, outras receitas. Como amostra completa, Tinkelman e Mankaney (2007) utilizaram 182.373 observações e 27.602 observações para amostra restrita. Todas as observações foram retiradas do Formulário 990 (NCSS/GuideStar) dos anos 2000, para as variáveis explicativas, e 2001, para a variável dependente. Como critérios para seleção da amostra restrita, os autores determinaram que: (a) a soma das taxas de despesas administrativas e da taxa de despesa com captação de recursos deveriam ser superiores a US\$ 1.000,00; (b) a organização teria que ter, no mínimo, 3 anos de funcionamento; e (c) o total das doações deveria ser maior que US\$ 100.000,00 e com representatividade superior a 10% diante das receitas totais.

Quanto aos resultados de Tinkelman e Mankaney (2007), eles não seguem a mesma linha dos estudos anteriores, visto as receitas com programas apresentarem uma relação

negativa com as doações. No que se refere às receitas governamentais e a idade, os autores encontraram, para a amostra restrita, uma relação negativa com as doações, mas, quando vista a amostra completa, identificaram uma relação positiva, convergindo com os achados de outros estudos, como o de Okten e Weisbrod (2000). Sobre a taxa de despesas administrativas, os autores constataram que os doadores devem realmente fazer uso dessa taxa como uma fonte de apoio para o processo de tomada de decisão em doar ou não doar.

A primeira etapa desenvolvida por Trussel e Parsons (2007) em seu estudo, foi para identificar fatores constantes nos relatórios contábeis (demonstrações contábeis) das organizações do terceiro setor que podem afetar o poder de decisão dos doadores, ou seja, que podem impactar na decisão de doar ou não doar. Para identificação dos fatores, os autores fizeram uso da análise fatorial, feita com base em 4 fatores (eficiência operacional, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação organizacional). Após a análise fatorial, Trussel e Parsons (2007) identificaram que, das diversas variáveis testadas em estudos anteriores sobre a temática em questão (impacto das informações contábeis nas doações das entidades sem fins lucrativos), 12 se agruparam aos 4 fatores conceituais propostos. Dessa forma, os fatores foram compostos pelas variáveis: eficiência operacional (preço e taxa administrativa); estabilidade financeira (adequação do patrimônio líquido, concentração de receitas e margem operacional); disponibilidade de informações (despesa com captação de recursos e índice de eficiência na captação de recursos); e reputação organizacional (idade, tamanho da entidade, subvenções governamentais, receitas com programas, outras receitas).

Após a identificação de quais variáveis estavam em cada fator criado, Trussel e Parsons (2007) foram identificar quais destes fatores (eficiência operacional, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação organizacional) estavam relacionados com as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. Para atingir esse objetivo, os autores testaram o modelo criado por meio de uma regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários, com dados em corte transversal. Para encontrar essa relação, os autores recolheram dados de 4.727 organizações do terceiro setor norte-americano, por meio do formulário 990 (IRS/SOI/NCSS) para os anos de 1998 e 1997.

Os resultados encontrados por Trussel e Parsons (2007) demonstram que as doações para as entidades sem fins lucrativos são impactadas pelos fatores analisados, ou seja, as doações sofrem influência da eficiência operacional, da estabilidade financeira, da disponibilidade de informações e da reputação organizacional. E essa influência se deu de forma negativa, quando observada a eficiência operacional, e de forma positiva, quando observada a estabilidade financeira, a disponibilidade de informações e a reputação da organização.

Jacobs e Marudas (2009) também buscaram identificar os efeitos que determinadas informações contábeis geram nas doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. Para examinar esses efeitos, os autores testaram um modelo log-linear por meio de regressão com dados de corte transversal, com utilização do método dos mínimos quadrados ordinários. As variáveis explicativas do modelo foram: preço, taxa de despesa administrativa, despesa com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas, idade, anos de ativos disponíveis, tamanho da entidade. Os dados das 5.943 entidades norte-americanas dos segmentos de artes, educação, saúde, serviços humanos e filantropia, amostra do estudo, foram extraídos do Formulário 990 (IRS/SOI/NCSS).

Os achados de Jacobs e Marudas (2009) foram para a amostra como um todo e também pela segregação dessa amostra conforme segmento da entidade sem fins lucrativos. Dessa forma, a amostra geral e as entidades que exercem atividade de filantropia, apresentaram uma relação negativa entre as doações e a taxa de despesa administrativa, enquanto que, para as outras atividades (artes, educação, saúde e serviços humanos), não foi encontrada relação significativa. Já a relação entre o preço e as doações foi negativa, e foi significativa para a amostra cheia e para as entidades que exercem atividades na área de educação, saúde e serviços humanos. As variáveis ativo e despesas com captação de recursos se relacionam positivamente com as doações, diferentemente do que ocorreu com as variáveis idade e receita com programas, as quais se relacionaram negativamente com as doações. Os ativos disponíveis e as receitas governamentais apontaram um comportamento misto.

Marudas, Hahn e Jacobs (2014) desenvolveram um estudo buscando aprimorar os modelos testados em estudos anteriores, a fim de verificar mais medidas de ineficiência organizacional que possam impactar nas doações, possibilitando a criação de um modelo de doações mais parcimonioso. Os autores buscaram desenvolver, inicialmente, um modelo que contemplasse todas as variáveis dos estudos anteriores, com exceção das variáveis legados, auditoria e avaliações de agências de vigilância. Dessa forma, desenvolveram 05 modelos, mas 2 apresentaram problemas de multicolinearidade. Então, os 03 modelos testados no estudo foram no formato log-linear, e a análise da relação com as doações foi realizada por meio de regressões com dados de corte transversal. Os dados foram testados a partir do *NonProfit Times* 100, que é uma lista de periodicidade anual, elaborada e publicada pela *NonProfit Times*, que apresenta as 100 maiores entidades sem fins lucrativos norte-americanas que não são da área de educação e que possuem maiores arrecadações de receitas.

Os pesquisadores Marudas, Hahn e Jacobs (2014) utilizaram como variável dependente de seus modelos as doações, enquanto as variáveis independentes foram: preço, ineficiência

administrativa, ineficiência na captação de recursos, custo de doar um dólar, despesa com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas, idade, riqueza, tamanho da entidade. E o modelo mais parcimonioso que os autores encontraram contemplava as variáveis: ineficiência administrativa, custo de doar um dólar, despesa com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas, idade, riqueza e tamanho da entidade. E como achados, encontraram que ineficiência administrativa, ineficiência na captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas, idade e custo de doar um dólar, relacionaram-se negativamente com as doações. As demais variáveis apresentaram um comportamento misto.

O Quadro 3 apresenta um resumo de todos os estudos supramencionados, de maneira que apresenta os autores, objetivos, as variáveis independentes utilizadas e os principais resultados observados sobre a relação das informações contábeis e as doações no terceiro setor.

Quadro 3 – Resumo dos estudos anteriores internacionais (continua)

Autores	Objetivo	Variáveis	Resultados
Weisbrod e Dominguez (1986)	Determinar os fatores que influenciam as contribuições de caridade para as entidades sem fins lucrativos estimando uma função de demanda.	Despesa com Captação de Recursos (FUND); Preço (PRICE); Idade (AGE); Idade (AGE) x Despesa com Captação de Recursos (FUND).	PRICE, FUND e AGE são fatores que influenciam nas doações. De forma que, PRICE e (AGE x FUND) se relacionam negativamente, enquanto FUND e AGE se relacionam positivamente com as doações.
Callen (1994)	Explicar a variação transversal nas doações em dinheiro para instituições de caridade no nível organizacional.	Preço (PRICE); Despesa com Captação de Recursos (FUND); Idade (AGE); Idade (AGE) x Despesa com Captação de Recursos (FUND); Receitas autônomas (AUT); Receitas governamentais (GRANTS).	PRICE se relaciona negativamente com as doações, enquanto FUND, AGE, GRANTS e AUT estão positivamente relacionadas com as doações.
Khanna, Posnett e Sandler (1995)	Verificar as variáveis que podem maximizar a receita proveniente de doações, por meio de uma regressão com dados em painel.	Preço (PRICE); Despesa com Captação de Recursos (FUND); Receitas Governamentais (GRANTS); Legado (LEG); Idade (AGE); Receitas Autônomas (AUT).	As doações apresentaram relações positivas com: FUND; GRANTS; LEG e AGE. Houve uma relação negativa com PRICE. As receitas autônomas (AUT) não foram estatisticamente significantes.
Khanna e Sandler (2000)	Analisar os determinantes de doações voluntárias para as instituições de caridade do Reino Unido.	Preço (PRICE); Despesa com Captação de Recursos (FUND); Receitas Governamentais (GRANTS); Legado (LEG); Receitas Autônomas (AUT); Idade (AGE).	As doações apresentaram relações positivas com: FUND; GRANTS; LEG; AGE. As doações se relacionaram de forma negativa com: PRICE, AUT.
Okten e Weisbrod (2000)	Estimar a resposta das doações recebidas tendo em vista o comportamento de variáveis econômicas, no período de 1982 a 1994.	Despesa com captação de recursos (FUND); Preço (PRICE); Idade (AGE), Idade (AGE) x Despesas com captação de recursos (FUND); Receitas Governamentais (GRANTS); Receitas com Programas (PROGREV).	Relação negativa das doações com PRICE e com (AGE x FUND). As doações se relacionaram positivamente com FUND, GRANTS, AGE e PROGREV.

Quadro 3 – Resumo dos estudos anteriores internacionais**(continuação)**

Autores	Objetivo	Variáveis	Resultados
Frumkin e Kim (2001)	Verificar se a eficiência operacional das entidades sem fins lucrativos é conhecida e também recompensada pelos doadores e financiadores privados.	Taxa de despesas administrativas (ADMIN); Despesas com programas (PROG); Despesa com captação de recursos (FUND); Receitas Totais (REC); Receitas Governamentais (GRANTS)	As <i>proxies</i> : PROG, FUND, REC e GRANTS estão relacionadas positivamente com as doações. A taxa de despesa administrativa (ADMIN) não foi estatisticamente significante.
Marcuello e Salas (2001)	Analisar determinantes de doações em dinheiro e em tempo nas entidades sem fins lucrativos na Espanha.	Custo operacional (OPERC); Custo para obter uma unidade de produto ou serviço (UNCOST); Idade (AGE); Grupo controlador – <i>dummy</i> (DRE); Forma geral – <i>dummy</i> (DFUN); Receitas governamentais - central (SUBCEN); Receitas governamentais – local (SUBLOC).	As variáveis: DRE, DFUN, SUBCEN e SUBLOC não são estatisticamente significantes para o modelo. Já a variável UNCONST está relacionada negativamente com as doações. Enquanto as variáveis OPERC e AGE se relacionaram positivamente com as doações.
Marudas e Jacobs (2004)	Verificar os efeitos que a captação de recursos, o apoio do governo e as receitas de programa têm sobre as doações das organizações das áreas de ensino superior, hospitais e entidades de pesquisa.	Despesa com captação de recursos (FUND); Preço (PRICE); Idade (AGE); Receitas governamentais (GRANTS); Receitas com programas (PROGREV).	Relação negativa entre doações PRICE para as entidades de pesquisa. Relação positiva entre doações e PRICE para entidades hospitalares. Nas entidades de ensino superior, GRANTS apresentou uma relação positiva com as doações. As outras variáveis não foram estatisticamente significativas.
Parsons (2007)	Investigar se a divulgação de informações contábeis reduz a incerteza percebida por parte dos doadores nas operações das entidades sem fins lucrativos.	Despesa com programas (PROG); Índice de Eficiência na Captação de Recursos (FUNDCONT); Taxa de despesas administrativas (ADMIN); Serviços prestados e atividades realizadas pela entidade (ATIV); Doadores prévios (PREV).	Os dados foram analisados por meio de uma regressão logística. Os doadores levam em consideração informações não financeiras dos relatórios contábeis referentes a: ATIV e PREV.
Tinkelman e Mankaney (2007)	Investigar se a eficiência administrativa está relacionada com as doações, por meio de uma regressão com dados de corte transversal.	Índice de Eficiência na Captação de Recursos (FUNDCONT); Taxa de despesas administrativas (ADMIN); Despesa com captação de recursos (FUND); Idade (AGE); Ativo (SIZE); Receitas com programas (PROGREV); Receitas Governamentais (GRANTS); Outras fontes de receita (OTHREV).	As <i>proxies</i> : ADMIN, PROGREV e FUNDCONT apresentaram uma relação negativa com as doações para a amostra completa. Quando verificada a amostra restrita, as <i>proxies</i> ADMIN, PROGREV, FUNDCONT, AGE e GRANTS também se relacionaram negativamente com as doações. Relações positivas com as doações foram encontradas para: FUND, SIZE, AGE e GRANTS (amostra completa); FUND e SIZE (amostra restrita).

Quadro 3 – Resumo dos estudos anteriores internacionais (conclusão)

Autores	Objetivo	Variáveis	Resultados
Trussel e Parsons (2007)	Desenvolver uma estrutura para identificar os fatores dos relatórios financeiros que impactam nas doações.	Preço (PRICE); Taxa de Despesa Administrativa (ADMIN); Adequação do Patrimônio Líquido (EQUITY); Concentração de Receitas (CONCEN); Margem Operacional (MARGIN); Despesa com Captação de Recursos (FUND); Índice de Eficiência na Captação de Recursos (FUNDCONT); Idade (AGE); Tamanho da Entidade (SIZE); Receitas Governamentais (GRANTS); Receitas com Programas (PROGREV); Outras Receitas (OTHREV).	Para análise fatorial, o fator eficiência operacional é composto por PRICE e ADMIN; o fator estabilidade financeira é por EQUITY, CONCEN e MARGIN; o fator Disponibilidade de informações por FUND e FUNDCONT; o fator reputação organizacional é por AGE, SIZE, GRANTS, PROGREV e OTHREV. Quanto as relações encontradas, PRICE e ADMIN estão negativamente relacionadas com as doações, enquanto EQUITY, CONCEN, MARGIN, FUND, FUNDCONT, AGE, SIZE, GRANTS, PROGREV e OTHREV se relacionam positivamente com as doações.
Jacobs e Marudas (2009)	Proporcionar melhor evidência sobre o efeito que a relação administrativa e o preço possuem com as doações.	Preço (PRICE); Taxa de Despesa Administrativa (ADMIN); Despesa com Captação de Recursos (FUND); Receitas Governamentais (GRANTS); Receitas com Programas (PROGREV); Idade (AGE); Anos de Ativos Disponíveis (Y); Tamanho da Entidade (SIZE).	Para amostra completa, as doações se relacionam positivamente com FUND e SIZE. Já com as variáveis PRICE, ADMIN, PROGREV e AGE, as doações se relacionaram negativamente.
Marudas, Hahn e Jacobs (2014)	Verificar mais medidas de ineficiência organizacional que podem impactar nas doações, buscando criar um modelo de doações mais parcimonioso.	Preço (PRICE); Ineficiência Administrativa (ADEFF); Ineficiência na Captação de Recursos (FREFF); Custo de Doar 1 Dólar (FUND); Despesa com Captação de Recursos (FR); Receitas Governamentais (GRANTS); Receita com Programas (PREV); Idade (AGE); Riqueza (WEALTH); Tamanho da Entidade (SIZE).	Para o modelo 1: PRICE, GRANTS, PREV, WEALTH e AGE se relacionaram negativamente com as doações, enquanto FR e SIZE se relacionaram positivamente. Para o modelo 2: as variáveis PRICE, FR, SIZE possui relação positiva com as doações, já ADEFF, GRANTS, PREV, WEALTH e AGE se relacionam de forma negativa com as doações. Para o modelo 3: PRICE, FR e WEALTH se relacionaram positivamente com as doações e ADEFF, FREFF, FUND, GRANTS, PREV, SIZE e AGE se relacionaram negativamente.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações coletadas nos estudos anteriores.

Nota sobre as variáveis:

ADMIN = despesas administrativas / despesa total. A fórmula se altera no estudo desenvolvido por Tinkelman e Mankaney (2007), em que ADMIN = despesas administrativas / (despesas administrativas + despesa com programas).
 AGE = anos de existência da organização. A forma de se encontrar a idade é diferente nos estudos desenvolvidos por Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009), em que a idade corresponde ao tempo em que a organização se encontra cadastrada em órgão competente.

ATIV = serviços prestados e atividades realizadas pela entidade.

AUT = receitas autônomas, representadas pelas taxas, receitas advindas de aluguéis etc.

CONCEN = Σ (receita por fonte / receita total)².

DFUN = variável *dummy* utilizada para saber forma legal, em que: 1 = a organização é fundação; e 0 = a organização não é fundação.

DRE = variável *dummy* utilizada para saber o grupo controlador, em que: 1 = a organização é controlada por grupo religioso; e 0 = a organização não é controlada por grupo religioso.

EQUITY = ativo líquido (ou patrimônio líquido) / receita total.

FUND = despesas com captação de recursos.

FUNDCONT = despesas com captação de recursos / despesas totais. A fórmula se altera no estudo desenvolvido por Trussel e Parsons (2007), em que $FUNDCONT = \text{despesas com captação de recursos} / \text{contribuições diretas}$.

GRANTS = receitas governamentais.

LEG = ganhos de bens recebidos por herança.

MARGIN = $(\text{receita total} - \text{despesa total}) / \text{receita total}$.

OPERC = custo operacional anual.

OTHREV = outras receitas.

PREV = doadores prévios.

PRICE = despesas totais / despesas com programas. A fórmula se altera nos estudos desenvolvidos por Weisbrod e Dominguez (1986), Oken e Weisbrod (2000), em que: $PRICE = 1 / [1 - (\text{despesas com captação de recursos} / \text{doações})]$.

PROG = despesas com programas / despesas totais. A fórmula se altera no estudo desenvolvido por Frumkin e Kim (2001), em que: $PROG = \text{despesas com programas}$.

PROGREV = receitas com programas.

REC = receitas totais.

SIZE = ativo total.

UNCOST = $\text{receita total} / (\text{receita total} - \text{custo operacional anual} - \text{valor monetário do tempo de voluntariado})$.

Y = anos de ativos disponíveis (o que corresponde aos ativos líquidos (ou patrimônio líquido)) / $(\text{despesa total} - \text{despesas com captação de recursos})$.

Diante das pesquisas apresentadas nesta seção e resumidas no Quadros 3, verifica-se, por meio de levantamento empírico, que as informações contábeis constantes nos relatórios financeiros são relevantes para o processo de doação, de maneira que essas medidas impactam nas doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos.

2.2.2.2 Estudos empíricos nacionais

No Brasil, Cruz, Corrar e Slomski (2008) buscaram verificar se a divulgação de informações econômicas, especificamente as constantes na demonstração do superávit ou déficit do exercício, influenciam nas decisões individuais de realizar doação para entidades sem fins lucrativos e a quantia a ser doada. Para atender ao objetivo do estudo, os autores fizeram uso de uma pesquisa experimental, realizada com 300 estudantes do curso de graduação em Ciências Contábeis em São Paulo. Para o aspecto quantitativo do estudo, os autores fizeram uso de 3 técnicas estatísticas: (a) teste Kruskal-Wallis, que busca testar se três ou mais amostras que são independentes foram retiradas da população com as mesmas médias (STEVENSON, 1981); (b) teste Mann-Whitney, que procura por relações significativas entre duas amostras independentes; e (c) teste Qui-Quadrado, para alegar que as amostras independentes advieram de populações que apresentavam a mesma proporção de um determinado item.

Os instrumentos de coleta de dados que Cruz, Corrar e Slomski (2008) elaboraram e aplicaram foram 03 questionários, os quais possuíam o mesmo texto inicial para solicitação de recursos. Para o questionário 1, apresentavam-se informações sobre: (a) pedido de solicitação

de recursos; e (b) um resumo das realizações e atividades que a entidade sem fins lucrativos desenvolveu no ano de 2006. O questionário 02 continha: (a) pedido de solicitação de recursos; e (b) demonstração de superávit ou déficit do exercício, em que constam informações contábeis econômicas dos anos de 2005 e 2006. E o questionário 03 continha todas as informações anteriores.

Como resultado Cruz, Corrar e Slomski (2008) identificaram que a divulgação das informações: (a) descrição das realizações e das atividades da entidade; e (b) demonstração do superávit ou déficit do exercício, essas (duas) informações juntas, não influenciam na tomada de decisão do doador. Mas, em outra análise realizada, os autores constataram que, quando os doadores se encontram satisfeitos com a quantidade de informações que receberam para sua tomada de decisão, eles tendem a doar maiores quantias que doadores insatisfeitos. Também verificaram que o fato de já ter sido doador não influencia na decisão de doar ou não.

Cruz (2010) desenvolveu um estudo com o objetivo de investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como Oscips. Para atingir o objetivo do estudo, a autora fez uma pré-seleção das variáveis que podem explicar as doações das entidades sem fins lucrativos, constando nessa primeira etapa: o preço, a taxa de despesas administrativas, as receitas governamentais, a idade e o tamanho da entidade. Para coletar os dados, Cruz (2010) utilizou 2 bases de dados: (a) Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ); e (b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Com a coleta de dados, o estudo atingiu uma amostra de 124 entidades sem fins lucrativos qualificadas com Oscips.

As variáveis explicativas pré-selecionadas por Cruz (2010) foram testadas via análise fatorial, com o objetivo de escolher as variáveis significantes para o modelo, além de possibilitar a verificação do alinhamento entre as variáveis e os fatores teóricos encontrados na literatura anterior. Como resultado da análise fatorial, o estudo encontrou como variáveis explicativas das doações: a taxa de despesas administrativas, as receitas governamentais e o tamanho da entidade. O estudo apresenta 3 modelos em forma log-linear, em que as variáveis explicativas são as supramencionadas, e as variáveis dependentes são: modelo 1 – total das doações; modelo 2 – doações advindas de doadores institucionais; modelo 3 – doações realizadas por doadores individuais. Para testar os modelos, a autora utilizou da técnica de regressão linear com dados de corte transversal, para os anos de 2006 e 2007. Cruz (2010) encontrou como resultado que a variável taxa de despesas administrativas não era estatisticamente significativa. Já as receitas governamentais se relacionaram negativamente com as doações totais e as doações institucionais, enquanto se relacionam positivamente com as

doações individuais. O comportamento da variável tamanho da entidade é constante, estando relacionado de forma positiva com as doações dos três modelos testados.

Outro estudo que envolve informações contábeis e eficiência nas entidades sem fins lucrativos foi desenvolvido por Milani Filho (2011). O objetivo do estudo foi identificar fatores econômicos que estão relacionados com os insumos e produtos das entidades sem fins lucrativos de forma a classificá-los e compará-los conforme eficiência, além de ter como hipótese norteadora “quanto maior o grau de dependência por recursos públicos, menor é o nível de eficiência produtiva das instituições filantrópicas de longa permanência para idosos do estado de São Paulo”. Como indicadores de desempenho, o autor utilizou os apontados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sendo estes: taxa de mortalidade em idosos residentes; taxa de incidência de doença diarreica aguda em idosos residentes; taxa de incidência de escabiose em idosos residentes; taxa de incidência de desidratação em idosos residentes; taxa de prevalência de úlcera de decúbito em idosos residentes; taxa de prevalência de desnutrição em idosos residentes.

Como amostra, Milani Filho (2011) utilizou 42 instituições de acolhimento de idosos do estado de São Paulo, cujos dados de insumo, que correspondem ao capital e ao trabalho, foram relacionados com seus produtos, que são os indicadores de desempenho estabelecidos pela Anvisa. Para coletar os dados, o autor entrou em contato com as entidades da amostra e enviou um questionário para identificação das principais características das organizações, assim como para coletar dados (dados dos produtos, dados dos insumos, composição das receitas operacionais e itens relacionados ao *disclosure*) do exercício 2008 dessas entidades. Os dados coletados sobre eficiência foram calculados por meio do método de análise envoltória de dados (DEA).

Para testar a hipótese norteadora do estudo, Milani Filho (2011) fez uso da análise de regressão linear, a qual teve como variável dependente a eficiência. Porém, de início, foi verificada a significância do modelo de regressão linear por meio da análise de variância (ANOVA). Já as variáveis independentes que foram utilizadas no estudo correspondem a valores nominais e por residente dos seguintes pontos: transferências públicas, receitas próprias e transferências privadas, receitas totais, resultados financeiros e *disclosure*. Como resultado, o autor identificou que não existe uma relação estatisticamente significativa entre a dependência por transferência de recursos públicos e a eficiência da entidade. Também constatou que o resultado financeiro e o *disclosure* estão significativamente relacionados com a eficiência.

Cunha e Pereira (2012) realizaram um estudo com o intuito de verificar até que ponto as informações divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos localizadas no Distrito Federal

permitem encontrar fatores quanto à eficiência, à estabilidade financeira, à disponibilidade de informações e à reputação, fatores esses propostos no estudo desenvolvido por Trussel e Parsons (2007). Para atender ao objetivo, o autor realizou um levantamento de dados por meio do CNEs/MJ, a fim de calcular os indicadores propostos no estudo de Trussel e Parsons (2007). Como amostra do estudo, o autor buscou pelas entidades cadastradas no CNEs/MJ que estivessem localizadas no Distrito Federal. Essa escolha da localização se deu por dois motivos: pela origem da pesquisa e por ser uma região com menor quantidade de entidades, sendo o 10º colocado no quantitativo de entidades registradas no portal, facilitando a consulta. Ainda sobre os dados, eles foram recolhidos para o período de 2007 e 2008, para uma amostra total de 263 entidades, em que 146 possuem dados de ambos os anos (2007 e 2008), 93 organizações com apenas o ano de 2007 e 24 com apenas o ano de 2008.

Para análise dos dados, Cunha e Pereira (2012) realizaram uma análise fatorial para identificar quantos fatores podem resumir os indicadores com os dados de entidades do Distrito Federal. Quando se fala dos indicadores, está se falando das variáveis: preço, taxa de despesa administrativa, adequação do patrimônio líquido, concentração de receitas, margem operacional, idade, tamanho da entidade, receitas governamentais, receitas com programas, outras receitas. Como resultado, os pesquisadores encontraram o mesmo agrupamento das variáveis nos fatores que Trussel e Parsons (2007) encontraram, ou seja, eficiência (preço e taxa de despesa administrativa), estabilidade financeira (concentração de receitas e margem operacional) e reputação (idade, tamanho da entidade, receitas governamentais, receitas com programas e outras receitas).

O Quadro 4 apresenta um resumo de todos os estudos supramencionados, de maneira que traz os autores, os objetivos, as variáveis independentes utilizadas e os principais resultados observados.

Quadro 4 – Resumo dos estudos anteriores nacionais (continua)

Autores	Objetivo	Variáveis	Resultados
Cruz, Corrar e Slomski (2008)	Verificar se a divulgação de informações contábeis econômicas, especificamente da demonstração do superávit ou déficit do exercício influencia nas decisões individuais de realizar doações para entidades do terceiro setor e na quantia a ser doada.	Decisão de doar ou não doar. Decisão da quantia a ser doada. Ter doado anteriormente.	A divulgação das realizações e atividades desenvolvidas pelas entidades, da demonstração do superávit ou déficit do exercício ou essas duas informações juntas não influenciam a tomada de decisão do doador. Mas, doadores satisfeitos com as informações divulgadas tendem a doar maiores valores.

Quadro 4 – Resumo dos estudos anteriores nacionais (conclusão)

Cruz (2010)	Investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como Oscip.	Preço (PRICE); Taxa de Despesa Administrativa (ADMIN); Receitas Governamentais (GRANTS); Idade (AGE); Tamanho da Entidade (SIZE).	A análise fatorial identificou as variáveis ADMIN, GRANTS e SIZE significantes. As regressões indicaram: ADMIN não é estatisticamente significativa; GRANTS se relaciona negativamente com as doações totais e doações institucionais, relaciona-se positivamente com as doações individuais; SIZE influencia positivamente as doações institucionais e individuais.
Milani Filho. (2011)	Identificar fatores econômicos que estão relacionados com os insumos e produtos das entidades sem fins lucrativos de forma a classificá-los e compará-los conforme eficiência.	Variável dependente: Eficiência (EF). Variáveis independentes: Transferências Públicas (TRANSP); Receitas Próprias e Transferências Privadas (RECPRO); Receitas Totais (REC); Resultados Financeiros (REFIN); <i>Disclosure</i> (DISC).	Não encontrou relação estatisticamente significativa entre o TRANSP e EF. Já as variáveis REFIN e DISC estão significativamente relacionadas com EF.
Cunha e Pereira (2012)	Verificar até que ponto as informações que são divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos do Distrito Federal permitem encontrar fatores quanto à eficiência, estabilidade, informações disponibilizadas e reputação.	Preço (PRICE); Taxa de Despesa Administrativa (ADMIN); Concentração de Receitas (CONCEN); Margem Operacional (MARGIN); Idade (AGE); Tamanho da Entidade (SIZE); Receitas Governamentais (GRANTS); Receitas com Programas (PROGREV); Outras Receitas (OTHREV).	Agrupamento das variáveis aos seguintes fatores: eficiência (PRICE e ADMIN), estabilidade financeira (CONCEN e MARGIN) e reputação (AGE, SIZE, GRANTS, PROGREV e OTHREV). Também foi verificado PRICE se comporta de forma negativa, ou seja, quanto maior o preço menor a eficiência.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações coletadas nos estudos anteriores.

Nota sobre as variáveis:

ADMIN = despesas administrativas / despesa total.

AGE = tempo em que a organização se encontra cadastrada em órgão competente.

CONCEN = Σ (receita por fonte / receita total)².

DISC = *disclosure*.

EF = eficiência.

GRANTS = receitas governamentais.

MARGIN = (receita total – despesa total) / receita total.

OTHREV = outras receitas.

PRICE = despesas totais / despesas com programas.

PROGREV = receitas com programas.

REC = receitas totais.

RECPRO = receitas próprias + transferências privadas.

REFIN = resultados financeiros.

SIZE = ativo total.

TRANSP = transferências públicas.

Uma nova perspectiva, diferenciando-o dos estudos anteriores, é utilizada neste estudo, por meio da aplicação de dados em corte transversal com um maior número de variáveis que possam impactar nas doações. Também se diferencia dos demais estudos por buscar verificar se existe alguma relação entre as doações e a região onde se localizam no Brasil as entidades da amostra.

3 METODOLOGIA

Após a realização de uma revisão da literatura, assim como da apresentação de alguns dos principais estudos realizados sobre a temática aqui trabalhada, torna-se necessário mostrar os procedimentos metodológicos que serão utilizados no presente estudo.

Desta forma, este capítulo tem como finalidade a exposição do quadro metodológico da pesquisa, ou seja, as opções metodológicas que aqui são empregadas, cuja organização levou à divisão em quatro subtópicos fundamentais, os quais são apresentados a seguir:

- a) Caracterização do estudo, trazendo a abordagem metodológica e as estratégias de pesquisa;
- b) Bases de dados a serem utilizadas e dados sobre a população e a amostra;
- c) Descrição das variáveis, aspectos sobre a operacionalização das variáveis, procedimentos para coleta das variáveis e procedimentos a serem utilizados para análise dos dados;
- d) Limitações do estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A abordagem metodológica é uma representação da maneira que o pesquisador vê e compreende a realidade e busca, por meio dessa visão, resolver um problema. Os tipos de classificações que podem ser encontradas para as abordagens metodológicas advêm do entendimento da realidade, em que a realidade percebida e a própria realidade não são evidentes e nem coincidentes (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Por representar a concepção da realidade do pesquisador, a abordagem metodológica a ser utilizada em um estudo deve ser explicitada, de forma que qualquer leitor entenda como o pesquisador vê o mundo e analisou a realidade estudada.

Sob essa perspectiva da concepção metodológica adotada, o presente estudo adota a abordagem empírico-positivista. Essa abordagem possui como um de seus princípios básicos a busca de uma explicação para determinados fenômenos por meio da verificação da relação existente entre esses fenômenos e dar destaque à observação dos fatos (TRIVIÑOS, 1987).

Existem algumas características dessa concepção, sendo estas a busca por explicar os fatos por meio da verificação das relações desses fenômenos, o destaque para o uso de

abordagem quantitativa, o destaque à observação dos fatos e a necessidade de uma teoria que norteie as observações dos fatos (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

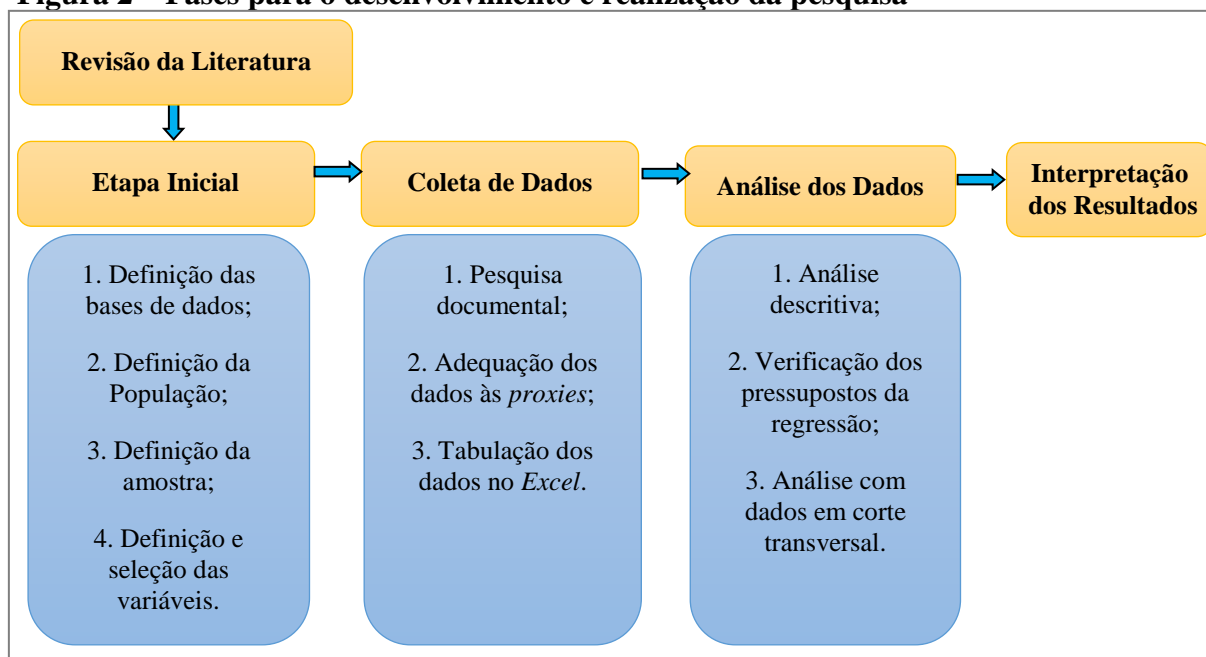
Essa abordagem metodológica já é vista em estudos sobre a utilização da informação contábil pelos doadores que repassam recursos para as entidades sem fins lucrativos, estudos estes já destacados no referencial teórico.

Com base na abordagem metodológica escolhida, foram traçadas três estratégias de pesquisa que são adotadas no estudo: (a) pesquisa bibliográfica; (b) pesquisa documental; e (c) análise quantitativa dos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para o levantamento das teorias que fundamentam o estudo da relação entre as informações contábeis e as doações realizadas para as entidades sem fins lucrativos. Já a pesquisa documental foi utilizada para identificar as informações analisadas, e essas informações foram coletadas por meio de duas bases de dados, o CNPJ e o CNEs/MJ. Quanto à análise quantitativa, ocorreu após a coleta de dados, e foi feita de duas maneiras: por meio da estatística descritiva e de técnicas econométricas.

Assim, o presente trabalho é empírico-positivista, consistindo no estudo de determinados fatos, buscando estabelecer as relações entre eles, além de descrevê-los e explicá-los. Para atingir o objetivo, foram traçadas estratégias, como pesquisa bibliográfica e documental e análise quantitativa dos dados extraídos dos relatórios contábeis.

Figura 2 – Fases para o desenvolvimento e realização da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

3.2 BASE DE DADOS, POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para o levantamento das informações necessárias para a realização do estudo, são utilizadas duas bases de dados, as quais são de acesso público e gratuito. Então, para encontrar as variáveis explicativas, as bases de dados do estudo são: (a) CNEs/MJ; e (b) CNPJ.

A primeira base de dados proporciona o encontro das *proxies*: PRICE (preço), ADMIN (taxa de despesa administrativa), EQUITY (adequação do patrimônio líquido), MARGIN (margem operacional), SIZE (tamanho da organização), GRANTS (subvenções governamentais). Além de permitir identificar traços do perfil da entidade, tais como: localização, ano de qualificação e titulação, se é fundação ou associação e principal atividade desempenhada, conforme grupos de classificação do ICNPO. Já a segunda base de dados foi utilizada para identificar a *proxy* AGE (idade da entidade).

O MJ criou o CNEs/MJ, por meio da Portaria nº 23, de 28 de dezembro de 2006, da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Esse cadastro corresponde a um sistema eletrônico que permite a realização de alguns procedimentos, como o reconhecimento, titulação, prestação de contas de entidades sem fins lucrativos cadastradas no MJ.

A prestação de contas que deve ser realizada anualmente ao MJ, por parte das entidades sem fins lucrativos cadastradas, é disponibilizada ao cidadão que queira consultar essas informações. A prestação é composta pelos dados da entidade (identificação, finalidade, público-alvo, estatuto, entre outros), atividades desenvolvidas, dados sobre a posição social da entidade, demonstrativos contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do superávit ou déficit do exercício e notas explicativas).

O plano amostral deste trabalho foi elaborado em função do objetivo da pesquisa, que é investigar informações contábeis que impactam as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscips.

Nesse plano amostral, está identificada a população a que se refere o trabalho e a sua respectiva unidade amostral, que representa o objeto fonte das informações que serão observadas e analisadas quantitativamente nesta pesquisa.

A população do estudo corresponde ao total de entidades sem fins lucrativos que são qualificadas como Oscips no CNEs/MJ do Brasil, independentemente de terem disponibilizado ao público suas prestações de contas.

Com isso, define-se que a amostra inicial é composta pelas Oscips que disponibilizaram, por meio do portal do MJ, suas prestações de contas para o período de 2012 e 2013. Enquanto que a amostra final será formada pelas entidades que obedecerem aos seguintes requisitos:

- a) Prestações de contas de 2012 e 2013 disponibilizadas para acesso público no portal do MJ;
- b) Possuírem valores válidos para preenchimento das *proxies* e doações com representatividade igual ou superior a 10% das receitas totais de cada entidade;

Procedeu-se a esse corte temporal devido a algumas alterações em legislações que envolvem o terceiro setor, como a Lei nº 13.019/2014, fundamental para o presente trabalho, eis que trata do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (BRASIL, 2014). É um dos marcos legais para a transparência das informações da contabilidade pública, requerendo a publicação discriminada do montante recebido pelas entidades e que deve constar em suas prestações de contas, as quais compõem algumas das variáveis do estudo. Dessa forma, por questão de adequação à data de promulgação do referido texto legal, optou-se por utilizar os dois anos imediatamente anteriores (2012 e 2013) à referida lei.

Ainda sobre os dois anos escolhidos para análise, neste caso, 2012 e 2013, foi em conformidade com os estudos anteriores que seguiram a abordagem de dados em corte transversal, pois se parte da premissa de que as doações (variável dependente) de 2013 podem ser explicadas, afetadas pelas variáveis independentes do ano anterior, 2012.

O último critério da representatividade das doações diante das receitas totais foi baseado no que já foi realizado em estudos anteriores, como os de Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007) e Cruz (2010), visto considerarem que esse aspecto pode afetar a significância e a relação entre as variáveis.

Por meio desses dois critérios, foi feito todo o levantamento necessário no portal do MJ para realização do estudo, obtendo-se os dados que foram tabulados no software *Microsoft Office Excel* 2007 e posteriormente analisados. Foi encontrado um total de 4.889 entidades qualificadas como Oscips. Com essa constatação, o ponto de partida inicial foi analisar as informações das 1.449 Oscips que disponibilizaram suas prestações de contas para os anos de 2012 e 2013, obedecendo ao primeiro critério.

Dessas 1.449 entidades da amostra inicial, foi aplicado o segundo critério, o qual corresponde à ocorrência de valores não válidos para o preenchimento das *proxies* e de doações inferiores a 10% das receitas totais. Assim, as que não atenderam a esse requisito foram 1.287 Oscips, de forma que a amostra final do estudo foi composta por 162 entidades sem fins lucrativos.

O processo acima descrito para seleção da amostra do estudo pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Método de seleção da amostra final do estudo

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Sudeste	Total
População	162	611	615	937	2.564	4.889
(-) Entidades com prestações de contas de 2012 e 2013 não disponibilizadas ao público	127	455	461	657	1.740	3.440
Amostra inicial	35	156	154	280	824	1.449
(-) Valores não válidos para as <i>proxies</i> e doações inferiores a 10% das receitas	32	138	144	249	724	1.287
Amostra final	3	18	10	31	100	162

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa amostra final do estudo, composta por 162 entidades qualificadas como Oscips, é não probabilística, pois o acesso às informações não foi simples e a pesquisadora teve de fazer uso de dados que estivessem ao seu alcance (GUIMARÃES, 2012). Como limitação a esse tipo de amostra, está a não generalização dos resultados encontrados, os quais só poderão ser aplicados à amostra estudada.

Alguns estudos anteriores apresentados no referencial teórico foram desenvolvidos com amostras pequenas, como o de Marcuello e Salas (2001), o qual foi composto por uma amostra final de 50 entidades sem fins lucrativos localizadas na Espanha, analisadas por meio de regressão com dados de corte transversal para o período de dois anos, 1992 e 1993. Ou o estudo desenvolvido por Khanna, Posnett e Sandler (1995), que realizaram uma análise com informações de 159 entidades do Reino Unido. Analisando-se os estudos de Khanna, Posnett e Sandler (1995) e Marcuello e Salas (2001), observa-se que a amostra selecionada para o presente estudo se torna compatível e apropriada para realização das análises econométricas.

O período de coleta e tabulação dos dados teve início em junho de 2015 e término em dezembro do referido ano.

3.3 SELEÇÃO DE VARIÁVEIS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

3.3.1 Variáveis

As variáveis utilizadas no estudo foram advindas da junção de alguns estudos que investigaram a importância das informações contábeis para arrecadação de recursos por parte

das entidades sem fins lucrativos (CALLEN, 1994; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; PARSONS, 2007; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009; MARUDAS; HAHN; JACOBS, 2014), estudos esses que utilizaram como base o trabalho de Weisbrod e Dominguez (1986).

Com base nos estudos anteriores já expostos no referencial teórico, o presente estudo utiliza as variáveis apresentadas no capítulo 2. Dessa forma, conforme literatura, os fatores que podem afetar as doações são: eficiência operacional, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação organizacional. Esses fatores também podem ser chamados de variáveis explicativas. Como essas variáveis explicativas não são diretamente observáveis, elas serão utilizadas na figura de *proxies*.

A variável explicativa disponibilidade de informações não pode ser investigada no presente estudo, pois as entidades cadastradas no CNEs/MJ não divulgam informações suficientes para o preenchimento dos indicadores que pertencem a essa variável. Esse fato prejudica o poder de comparação de informações dos doadores.

Dessa forma, as variáveis explicativas e as *proxies* que serão utilizadas no estudo foram extraídas dos estudos empíricos anteriores que conseguiram verificar as relações dessas variáveis com as doações, e estão demonstradas no Quadro 5:

Quadro 4 – Variáveis (*proxies*) utilizadas no estudo

Variáveis explicativas	<i>Proxies</i>	Fórmula	Comportamento
Eficiência	Taxa com Programas (PROG)	$\text{Despesa com programas} / \text{Despesa total}$	Relação negativa com as doações.
	Taxa de Despesa Administrativa (ADMIN)	$\text{Despesa administrativa} / \text{Despesa total}$	Relação negativa com as doações.
Estabilidade	Adequação do Patrimônio Líquido (EQUITY)	$\text{Ativo líquido} / \text{Receita total}$	Relação positiva com as doações.
	Margem operacional (MARGIN)	$(\text{Receita total} - \text{Despesa total}) / \text{Receita total}$	Relação positiva com as doações.
Reputação	Idade da Organização (AGE)	$\text{Ln} (\text{N}^\circ \text{ de anos de existência a partir de registro})$	Relação positiva com as doações.
	Tamanho da Organização (SIZE)	$\text{Ln} (\text{Ativo total})$	Relação positiva com as doações.
	Receitas Governamentais (GRANTS)	$\text{Ln} (\text{Subvenções governamentais})$	Relação positiva com as doações.

Fonte: Elaboração própria, com base nas variáveis constantes nos estudos anteriores apresentados no referencial teórico.

Todas as informações necessárias para encontrar os valores das *proxies* podem ser encontradas no CNEs/MJ (AGE, ADMIN, EQUITY, MARGIN, SIZE, GRANTS) e no CNPJ (AGE).

Para encontrar o valor do preço, deve-se dividir a despesa total pela despesa com programas. A despesa total corresponde a todas as despesas da entidade para o ano analisado e se encontra na demonstração do resultado do exercício; já a despesa com programas corresponde ao somatório dos custos de projeto, despesas com pessoal, sem considerar as despesas relativas à remuneração de dirigentes e seus encargos sociais, serviços contratados e despesas com bolsas de estudo a terceiros (CRUZ, 2010).

A taxa de despesa administrativa pode ser encontrada pela divisão das despesas administrativas pela despesa total. A despesa administrativa é a remuneração de dirigentes e seus encargos sociais, somada de impostos, taxas e contribuições (não lançadas em receitas), despesas beneficentes, despesas financeiras, depreciação, amortização e *leasing*, outras despesas operacionais, despesas não operacionais, participações e contribuições, outras despesas e custos e provisões constituídas.

Para encontrar a adequação do patrimônio líquido, deve-se olhar, no balanço patrimonial, o ativo líquido da entidade e depois dividir esse valor pela receita total, que corresponde ao total de receitas que a entidade sem fins lucrativos teve.

A margem operacional pode ser localizada na demonstração do resultado do exercício, onde se retira o valor da receita total, subtrai-se pela despesa total e essa diferença é dividida pela receita total.

Já a idade da organização, *proxy* da reputação, corresponde ao logaritmo natural (\ln) do tempo de existência da entidade sem fins lucrativos, ou seja, é o tempo que existe desde que foi registrado junto à Receita Federal por meio do CNPJ.

O tamanho da organização é encontrado no balanço patrimonial, ele é o ativo total da entidade sem fins lucrativos e pode ser calculado pelo logaritmo natural do valor do ativo total.

Para finalizar, as receitas governamentais são encontradas na demonstração do resultado do exercício e são a combinação dos valores extraídos das subvenções públicas, contribuições públicas, convênios públicos, auxílios públicos e termo de parceria. Para seu cálculo, basta fazer o logaritmo natural do somatório das subvenções.

Dessa forma, as variáveis explicativas demonstradas no Quadro 5, explicadas no referencial teórico, são as variáveis independentes do estudo, visto representarem as informações contábeis que serão investigadas para saber se afetam as doações recebidas pelas Oscips.

Já a variável dependente são as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos. Essas doações podem ser encontradas pela soma das doações e contribuições para custeio, contribuição de empresas mantenedoras ou associadas, doações, campanhas e patrocínios e recursos internacionais, todos esses valores podem ser encontrados na demonstração do resultado do exercício.

Com base nos objetivos e variáveis, adota-se, no presente estudo, o seguinte modelo de regressão linear múltipla:

$$\textbf{Modelo 1:} \quad Doações = \beta_0 + \beta_1*ADMIN + \beta_2*EQUITY + \beta_3*MARGIN + \beta_4*AGE + \beta_5*SIZE + \beta_6*GRANTS + \mu_i \quad (2)$$

As *proxies* PRICE e PROG, que fazem parte da variável explicativa eficiência operacional, foram retiradas do modelo, por não respeitarem um dos pressupostos para se realizar uma regressão.

Como outro diferencial do estudo, busca-se identificar se a localização, com base na região geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) também se relaciona e como se dá esse relacionamento com as doações recebidas pelas entidades.

Devido às regiões se caracterizarem como variáveis qualitativas, para que possam fazer parte do segundo modelo de regressão do estudo, fez-se a utilização de variáveis *dummies*, visto poderem inserir características qualitativas no modelo econométrico. Essa variável também é conhecida como variável binária, pois assume apenas dois valores, que em geral são 0 e 1, que indicam a ausência e a presença das características, respectivamente.

Dessa maneira, o modelo econométrico ajustado de regressão múltipla com a adição das variáveis *dummies*, em que a região Sudeste é a categoria base, é o seguinte:

$$\textbf{Modelo 2:} \quad Doações = \beta_0 + \beta_1*ADMIN + \beta_2*EQUITY + \beta_3*MARGIN + \beta_4*AGE + \beta_5*SIZE + \beta_6*GRANTS + \beta_7*NORTE + \beta_8*NORDESTE + \beta_9*CENTRO-OESTE + \beta_{10}*SUL + \mu_i \quad (3)$$

3.3.2 Procedimentos para análise dos dados

Neste tópico do estudo, são apresentados os procedimentos estatísticos e econométricos que foram utilizados para obtenção dos resultados da pesquisa que estão presentes na seção seguinte do trabalho, intitulada de análise dos resultados.

Os procedimentos tratados nesta etapa correspondem à análise descritiva dos dados, a fim de se conhecer o perfil das entidades, estatística descritiva, com o intuito de organizar e descrever os aspectos relevantes das características observadas, e procedimentos econométricos, como regressão linear múltipla, a fim de investigar o relacionamento das variáveis estudadas. Tais mecanismos foram realizados e executados no software estatístico *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)* 20.

3.3.2.1 Análise descritiva dos dados

A análise descritiva compreende duas etapas da análise dos dados. A primeira é o delineamento do perfil das entidades, pois se busca descrever os aspectos relevantes das características observadas, ou seja, por meio dos dados coletados, demonstrar as características da amostra, como a quantidade de entidade por localização regional, os anos com mais entidades conseguindo titulação de Osci, as principais atividades executadas.

A segunda fase compreende a análise dos valores máximos e mínimos, da média e do desvio padrão dos dados da amostra. Dessa forma, trata-se de estatística descritiva, que pode ser entendida como um conjunto de técnicas e regras que buscam resumir as informações extraídas da amostra sem distorcer ou perder informações (HUOT, 2002).

3.3.2.2 Procedimentos econométricos: *regressão linear múltipla*

Os procedimentos econométricos utilizados neste estudo foram adotados com o objetivo de testar os pressupostos dos modelos de regressão analisados. Esse método foi escolhido por ser uma técnica estatística que consegue analisar a relação entre uma variável (dependente) e várias variáveis independentes, e se popularizou por ser capaz de prever e explicar variáveis métricas (HAIR JR et al., 2009).

O primeiro procedimento realizado para analisar os dados foi o teste Kolmogorov-Smirnov (K-S) para verificar se os dados seguiam uma distribuição normal. O teste K-S fornece o valor de significância (*p-value*) que significa uma medida para conferir o grau de concordância entre os dados e a hipótese nula do teste, a hipótese é que os dados seguem uma distribuição normal.

Após a verificação da normalidade, realizou-se o teste de colinearidade. O teste busca averiguar se as variáveis independentes são correlacionadas, caso isso ocorra, indica que existe multicolinearidade entre as variáveis explanatórias, visto a multicolinearidade surgir quanto

duas ou até mais variáveis são altamente correlacionadas entre si (PINDYCK; RUBINFELD, 2004). Dessa forma, como pressuposto para uma regressão, não se deve existir relação linear “perfeita” entre as variáveis, pois pode trazer uma perda na capacidade de explicação dos termos regressores, ocasionando erros padrão (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para testar a multicolinearidade das variáveis do preditoras do estudo, utilizou-se a matriz de correlação, a qual é capaz de demonstrar a relação entre as variáveis desejadas. E, para fins do estudo, assumiu-se que os valores dos coeficientes de correlação não podem ser superiores a 0,600 (WOOLDRIDGE, 2011).

Após a verificação da multicolinearidade, buscou-se verificar se os dados eram homocedásticos ou heterocedásticos. E, conforme Pindyck e Rubinfeld (2004), a heterocedasticidade corresponde a variâncias desiguais dos resíduos da regressão. Ou seja, a heterocedasticidade equivale a variâncias não constantes nos resíduos, enquanto a homocedasticidade é a variância constante. Como pressuposto da regressão, espera-se que os dados sejam homocedásticos.

Para testar a heterocedasticidade, o presente trabalho utilizou o teste de Levene, que tem como hipótese nula que as variâncias dos grupos não são diferentes, ou seja, têm homocedasticidade.

Outro pressuposto do modelo de regressão múltipla, segundo Pindyck e Rubinfeld (2004, p. 96) é que “erros correspondentes a observações diferentes são independentes e, portanto, não há correlação entre eles”. E uma maneira de se verificar se esse pressuposto foi obedecido é por meio da autocorrelação, que pode ser definida como a correlação que existe entre integrantes de uma série de observações que podem ser séries temporais ou cortes transversais (GUJARATI; PORTER, 2011).

Para testar a autocorrelação, utilizou-se o teste de Durbin-Watson, cuja hipótese nula é de que não há presença de correlação. A estatística desse teste encontra-se na faixa de 0 a 4, em que um valor próximo a 2 indica que não há correlação (PINDYCK; RUBINFELD, 2004).

O último passo foi a verificação da normalidade dos resíduos da regressão linear múltipla. Esse pressuposto da normalidade dos resíduos assume que os resíduos da regressão seguem uma distribuição normal. Para identificação da normalidade, fez-se uso do teste K-S.

Após a verificação dos pressupostos da regressão, os dois modelos do estudo serão estimados no *software* estatístico SPSS 20, e o resultado será analisado e discutido à luz da teoria da demanda.

3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações encontradas no presente estudo não foram impeditivas para sua realização e devida análise dos resultados, mas cabe evidenciar essas limitações para que não se tornem um fator que influencie na interpretação dos resultados.

Dessa forma, a primeira limitação do estudo encontrada foi quanto à sua população e amostra, visto que trabalhará apenas com as entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscips cadastradas no MJ e que prestaram contas no período de 2012 e 2013.

Esse fato é limitador, porque essas entidades não representam a totalidade do terceiro setor brasileiro e foram escolhidas pela disponibilidade dos dados, de forma que a seleção da amostra foi não probabilística, o que limita o poder de generalização dos resultados.

A base de dados também apresenta limitações para o estudo quanto à qualidade dos relatórios disponíveis ao acesso público, visto estes não permitirem identificar alguns fatores referentes à disponibilidade de informações.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, encontram-se apresentados os resultados obtidos com o desenvolvimento do estudo e sua devida análise com embasamento no referencial teórico apresentado na segunda seção do trabalho.

4.1 PERFIL DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS ESTUDADAS E ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Para a definição do perfil das entidades sem fins lucrativos do estudo, analisaram-se os seguintes aspectos: localização, natureza jurídica, ano de qualificação como Oscip, atividades desempenhadas conforme estatuto social.

Sobre a localização, a amostra foi composta por entidades de todas as regiões brasileiras, e essa distribuição pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2 – Amostra final do estudo

Estados	Entidades por Estado	Região	Entidades por região	% por região
Amazonas	1	Norte	3	1,8%
Rondônia	2			
Bahia	12	Nordeste	18	11,1%
Paraíba	2			
Pernambuco	3			
Rio Grande do Norte	1			
Distrito Federal	1	Centro-Oeste	10	6,2%
Goiás	2			
Mato Grosso	2			
Mato Grosso do Sul	5			
Paraná	24	Sul	31	19,2%
Rio Grande do Sul	6			
Santa Catarina	1			
Minas Gerais	17	Sudeste	100	61,7%
Rio de Janeiro	12			
São Paulo	71			
Total	162		162	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

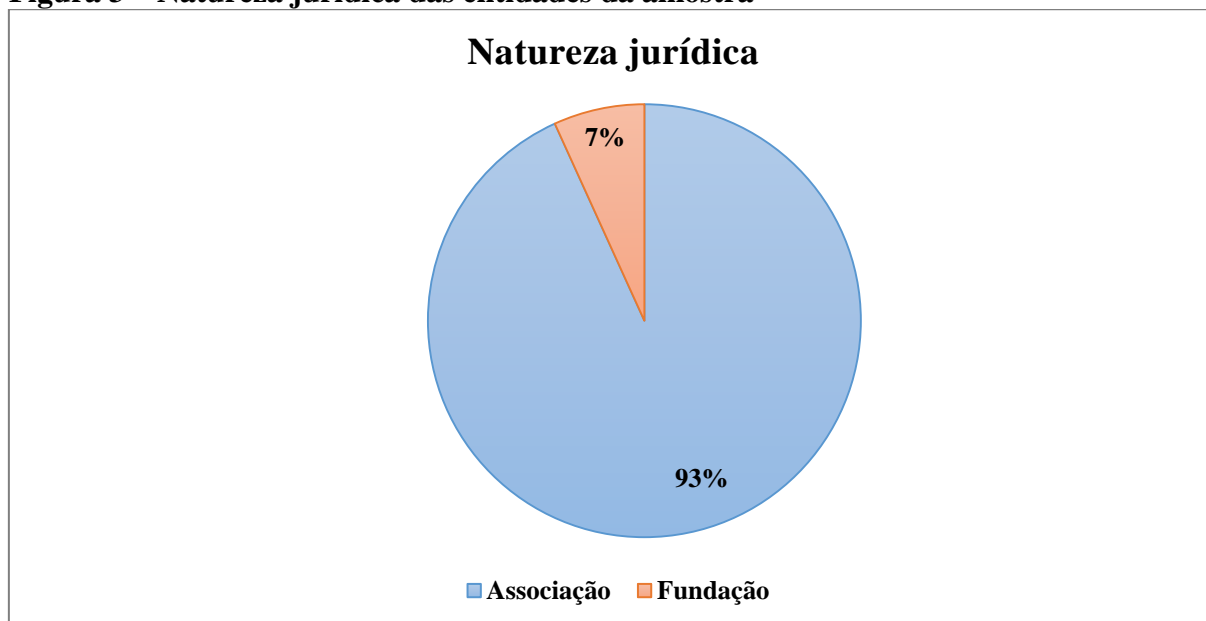
Observa-se que a amostra está com maior concentração na região Sudeste, a qual representa 61,7% das entidades sem fins lucrativos. Em segundo lugar, encontra-se a região Sul do país, com um quantitativo de 19,2% de Oscips, seguida pelas regiões Nordeste (11,1%), Centro-Oeste (6,2%) e Norte (1,8%).

Quando analisada a distribuição regional das entidades estudadas, constata-se que ela está, em sua maioria, em conformidade com o levantamento realizado pelo IBGE, em que

44,2% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos registradas oficialmente no Brasil estão localizadas na região Sudeste (BRASIL, 2010). Em confronto com o levantamento feito pelo IBGE, as regiões Sul e Nordeste inverteram de posição.

Sobre a natureza jurídica, o Código Civil traz algumas possibilidades de natureza jurídica para as entidades sem fins lucrativos. Dentre elas, pode-se verificar, no gráfico da Figura 3, como a amostra se comportou.

Figura 3 – Natureza jurídica das entidades da amostra



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 3 demonstra que existe quase uma predominância na natureza jurídica de associação para as entidades da amostra, visto corresponder a 93% do total analisado. As associações são pessoas jurídicas de direito privado, compostas por um grupo de pessoas que se organizam para fins não lucrativos, conforme o artigo 53 do Código Civil (BRASIL, 2002). Uma possível explicação para predominância das associações diante das fundações pode se dar pelo fato de, já na sua constituição, o patrimônio se tornar exigência para as fundações, quando para as associações é o aglomerado de pessoas naturais.

Quando uma entidade sem fins lucrativos é fundada, não se torna imediatamente uma Oscip, ela necessita de estrutura e organização para atender às determinações explicitadas na Lei nº 9.790/1999, que rege sobre essa qualificação. Dessa forma, ao se tratar do ano de qualificação como Oscip, não se refere ao seu ano de criação, mas sim ao ano em que a entidade adquiriu tal qualificação. Assim, a Figura 4 apresenta os anos de qualificação das entidades da amostra.

Figura 4 – Ano de qualificação como Oscip das entidades da amostra

Fonte: Dados da pesquisa.

O ano de 2004 apresentou o ápice de entidades que obtiveram a qualificação de Oscip, apresentando um quantitativo de 24 entidades. Mas o período entre 2002 e 2007 é que demonstra uma quantidade superior de entidades sem fins lucrativos que obedeceram às determinações da Lei nº 9.790/1999. Esse aumento do período foi constatado, também, pelo IBGE, que apontou que no período de 2002 a 2005 (22,6%) existiu uma expansão no número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (BRASIL, 2010).

Como último aspecto do perfil das entidades estudadas, está o contexto de atuação delas. Para conseguir identificar essa característica, o levantamento foi baseado e categorizado pelas finalidades constantes na ICNPO. Para classificar as entidades de acordo com suas finalidades, consultaram-se dois pontos: o primeiro foi o relatório de “finalidades/atividades”, que consta na prestação de contas disponibilizada no CNEs/MJ; o segundo foram as notas explicativas, em seu item primeiro, no qual devem constar os objetivos do estatuto da entidade. A Tabela 3 apresenta as atividades das Oscips da amostra.

Tabela 3 – Atividades principais das entidades da amostra conforme grupos da ICNPO

Grupo	Atividade	Quantidade de entidades	% entidades por grupo
Grupo 1	Cultura e recreação	21	13,0%
Grupo 2	Educação e pesquisa	26	16,0%
Grupo 3	Saúde	11	6,8%
Grupo 4	Serviços sociais	67	41,4%
Grupo 5	Meio ambiente	14	8,6%
Grupo 6	Desenvolvimento e moradia	16	9,9%
Grupo 7	Serviços legais, defesa de direitos civil e organizações políticas	1	0,6%
Grupo 8	Intermediárias filantrópicas e de promoção de ações voluntárias	3	1,9%
Grupo 9	Internacional	—	—
Grupo 10	Religião	2	1,2%
Grupo 11	Associações profissionais de classes e sindicatos	1	0,6%
Grupo 12	Não classificadas em outro grupo	—	—
Total		162	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio das informações demonstradas na Tabela 3, observa-se que, das 12 áreas possíveis de atuação, a amostra se enquadrou em 10. A área com maior concentração de atuação é a de serviços sociais, com representatividade de 41,4% das entidades analisadas. A segunda área com maior destaque foi o Grupo 2 (16%), que trata das finalidades voltadas para educação e pesquisa, seguida pela cultura e recreação (Grupo 1), desenvolvimento e moradia (Grupo 6), meio ambiente (Grupo 5), saúde (Grupo 3), intermediárias filantrópicas e de promoção de ações voluntárias (Grupo 8), religião (Grupo 10) e, com mesma participação, serviços legais, defesa de direitos civil e organizações políticas (Grupos 7) e associações profissionais de classes e sindicatos (Grupo 11).

Essa pequena participação de entidades religiosas está em contraste com o levantamento realizado pelo IBGE, que aponta uma maior quantidade de entidades brasileiras classificadas como religião (BRASIL, 2010).

O procedimento estatístico realizado foi para se obter a estatística descritiva da amostra estudada, com o objetivo de se conhecer valores como a média, o valor mínimo e máximo e o desvio padrão para cada variável utilizada no desenvolvimento do estudo. Esses dados estatísticos podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 – Estatística descritiva

Descrição	Receita total	PROG	ADMIN	EQUITY	MARGIN	AGE	SIZE	GRANTS	Doações
Média	2.331.305,34	0,64	0,37	0,80	0,01	2,28	12,86	2.404.864,74	1.555.100,48
Mínimo	10.690,00	–	–	-1,55	-5,54	–	3,40	–	5.000,00
Máximo	25.301.836,00	1,88	1	14,81	1,93	3,64	18,04	272.132.159,00	23.573.037,00
Desvio padrão	3.973.869,59	0,27	0,25	1,67	0,55	0,59	2,08	21.371.904,40	3.565.101,25
Observações	162	162	162	162	162	162	162	162	162

Nota: valores em R\$ para receita total, GRANTS e doações.

Fonte: Dados da pesquisa.

A primeira etapa analisada envolveu a representatividade das doações sobre as receitas totais das entidades estudadas. Essa etapa foi a primeira, por corresponder a um dos critérios para seleção da amostra final do estudo, o qual determinava que as doações deveriam ter representatividade igual ou superior a 10% das receitas totais. Dessa maneira, percebe-se, com a Tabela 4, que, no que concerne à amostra final, a média das doações foi de R\$ 1.555.100,48, o que representa aproximadamente 66,71% da média das receitas totais (R\$ 2.331.305,34) recebidas pelas entidades. Essas informações demonstram que as entidades sem fins lucrativos que compuseram a amostra do estudo dependem dos recursos advindos de doações, visto sua representatividade quando comparados às receitas totais, e essa é uma condição que viabiliza o estudo, pois permite verificar a relação e o impacto das informações contábeis com esses recursos.

Além disso, verificam-se altos valores de desvio padrão para as variáveis: EQUITY, MARGIN, GRANTS e doações. Em confronto, encontraram-se valores baixos para as variáveis SIZE e AGE. As variáveis PROG e ADMIN apresentaram um desvio padrão próximo à média, o que implica dizer que a dispersão dos dados ocorre em intervalos que estão próximos à média anual das entidades analisadas. Adicionalmente, pode-se verificar que as médias, em alguns casos, estão altas, o que pode ter sido influenciado pelos valores máximos.

Ainda sobre a análise da estatística descritiva, quando comparada com estudos desenvolvidos fora do âmbito nacional, como o de Trussel e Parsons (2007), a taxa com programas foi equivalente, visto no estudo norte-americano ter sido de 0,79 e no presente estudo ter sido de 0,64. Já as variáveis EQUITY e MARGIN apresentaram valores mais destoantes. Por ser amostra não probabilística, os resultados aqui encontrados não podem ser generalizados, mas as comparações realizadas com estudos internacionais ocorreram apenas para verificação do grau de correspondência entre as variáveis.

4.2 PRESSUPOSTOS DA REGRESSÃO: **resultado dos testes econométricos**

Antes da verificação dos pressupostos da regressão linear múltipla, realizou-se o teste K-S para testar a normalidade dos dados da amostra. Esse teste possui como hipótese nula (H_0) que os dados seguem uma distribuição normal.

Algumas variáveis, como EQUITY e MARGIN, não passaram, *a priori*, no teste de normalidade. Fez-se uso da transformação de Johnson para realizar novo teste nas variáveis e verificar se tinham se tornado normais. Então, após esse procedimento, realizou-se novo teste K-S para aceitar ou rejeitar a hipótese nula, por meio da observação do nível de significância (ou *p-value*). O resultado do teste pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Teste K-S nos dados

<i>Proxy</i>	Nível de significância	Decisão
PROG	0,109	Reter a hipótese nula
ADMIN	0,062	Reter a hipótese nula
EQUITY	0,956	Reter a hipótese nula
MARGIN	0,971	Reter a hipótese nula
AGE	0,145	Reter a hipótese nula
SIZE	0,857	Reter a hipótese nula
GRANTS	0,051	Reter a hipótese nula
Doações	0,619	Reter a hipótese nula

Nota: nível de significância = 0,05; a hipótese nula afirma que os dados seguem uma distribuição normal.

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se, após realização do teste K-S, que todas as variáveis são normais, pois sugere-se a retenção da hipótese nula do teste. Ou seja, a sua não rejeição, o que implica em dizer que é uma aceitação da hipótese nula do teste. Dessa forma, os dados da pesquisa seguem uma distribuição normal.

Como primeiro pressuposto para que seja realizada a análise de regressão linear múltipla, testou-se a correlação entre as variáveis explanatórias, de maneira a se buscar evidências sobre a existência ou não de correlação entre essas variáveis e o grau, caso sejam correlacionadas. Para tanto, analisou-se a existência de multicolinearidade por meio da matriz de correlação, a qual está apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 – Matriz de correlação das variáveis

	PROG	ADMIN	EQUITY	MARGIN	AGE	SIZE	GRANTS
PROG	1	-,936**	-,091	-,004	-,001	,173*	,232**
ADMIN	-0,936**	1	,085	,040	-,014	-,176*	-,239**
EQUITY	-,091	,085	1	,145	,114	,250**	-,128
MARGIN	-0,004	,040	,145	1	-,127	,161*	0,168*
AGE	-,001	-,014	,114	-,127	1	,197*	,015
SIZE	,173*	-,176*	,250**	0,161*	,197*	1	,399**
GRANTS	,232**	-,239**	-,128	0,168*	,015	,399**	1

* correlação significativa ao nível de 0,05; ** correlação significativa ao nível de 0,01.

Nota: correlação de Pearson.

Fonte: Dados da pesquisa.

O coeficiente de correlação de Pearson pode variar entre -1 e 1, e o sinal que ele apresenta representa a direção (negativa ou positiva) do relacionamento entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2009).

Segundo Dancey e Reidy (2006), ao se analisar as correlações entre as variáveis, pode-se usar como parâmetros para se identificar o relacionamento das variáveis os seguintes valores: coeficiente de Pearson de 0,1 a 0,3 é fraco; coeficiente de Pearson de 0,4 a 0,6 é moderado; coeficiente de Pearson de 0,7 até 1 é forte. Também se utilizou, para fins do estudo, que os valores dos coeficientes de correlação não podem ser superiores a 0,600 (WOOLDRIDGE, 2011).

Com base nos parâmetros mencionados, constata-se que somente as variáveis explanatórias ADMIN e PROG possuem coeficientes de correlação de Pearson com valor alto, na ordem de -,936, indicando forte correlação entre essas variáveis. Com essa constatação, optou-se por excluir a variável PROG do modelo de regressão, visto ter apresentado uma correlação menor com a variável dependente.

Sobre a homocedasticidade e a heterocedasticidade dos dados, o pressuposto da regressão espera que os dados sejam homocedásticos. Para descobrir tal comportamento dos

dados, utilizou-se o teste de Levene, que tem como hipótese nula que as variâncias dos grupos não são diferentes. A Tabela 7 demonstra o resultado obtido por meio do teste de Levene.

Tabela 7 – Teste de Levene

	Estatística de Levene	Nível de significância
ADMIN	1,334	0,260
EQUITY	0,939	0,443
MARGIN	0,502	0,734
AGE	1,593	0,179
SIZE	1,909	0,111
GRANTS	2,271	0,064
Doações	1,047	0,385

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 demonstra os valores do *p-value* para todas as variáveis do estudo. Nenhum desses valores foi inferior a 0,05, ou seja, nenhum $p\text{-value} \leq 0,05$, o que implica dizer que a hipótese nula do teste foi aceita, de maneira que as variâncias são iguais e os dados homocedásticos. Essa determinação de aceitação da hipótese se o *p-value* for superior a 0,05 está em consonância com o exposto por Field (2009), o qual afirma que, se o teste de Levene não é significativo (apresenta o *p-value* com valores maiores eu 0,05), aceita-se a hipótese nula do teste que afirma que as diferenças entre as variâncias é 0.

Outro pressuposto do modelo de regressão múltipla, segundo Pindyck e Rubinfeld (2004, p. 96), é que “erros correspondentes a observações diferentes são independentes e, portanto, não há correlação entre eles”. Uma maneira de se verificar se esse pressuposto foi obedecido, é por meio da autocorrelação. Para se testar a autocorrelação, utilizou-se o teste de Durbin-Watson, cuja hipótese nula é de que não há presença de correlação ($p = 0$).

O resultado obtido com a execução do teste de Durbin-Watson foi de 1,977, o que implica afirmar que não existe autocorrelação, visto a estatística desse teste encontrar-se na faixa de 0 a 4, em que um valor próximo a 2 indica que não há correlação (PINDYCK; RUBINFELD, 2004). Como 1,977 está muito próximo de 2, não se tem autocorrelação.

O último item verificado e testado foi a normalidade dos resíduos da regressão linear múltipla. Esse pressuposto da normalidade dos resíduos assume que os resíduos da regressão seguem uma distribuição normal. Para identificação da normalidade, fez-se uso do teste K-S. O resultado está apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Teste K-S nos resíduos da regressão

Variável	Nível de significância	Decisão
Resíduos da regressão	0,194	Reter a hipótese nula

Nota: nível de significância = 0,05; a hipótese nula afirma que os dados seguem uma distribuição normal.

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se, após a realização do teste, que os resíduos da regressão foram normais, visto indicar a aceitação da hipótese nula do teste. Dessa forma, os resíduos da regressão múltipla seguem uma distribuição normal, obedecendo aos pressupostos.

4.3 ANÁLISE DAS REGRESSÕES: apresentação e discussão dos resultados

Depois da realização dos testes estatísticos para verificação ao atendimento dos pressupostos da regressão linear múltipla, nesta seção do estudo estão apresentadas as interpretações dos resultados obtidos por meio das análises realizadas sobre as regressões aqui trabalhadas, assim como a sua confrontação com a teoria.

4.3.1 Regressão linear múltipla: modelo 1

A regressão linear múltipla foi escolhida por proporcionar o poder de verificar várias variáveis independentes que podem explicar a variável dependente. Desta forma, esse método possibilita o atendimento ao objetivo principal do trabalho que é investigar informações contábeis sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional que impactam nas doações recebidas pelas Oscips.

O modelo 1 de regressão foi estimado por meio do método dos mínimos quadrados e os dados trabalhados estão em corte transversal para os períodos de 2012 e 2013. Os resultados encontrados estão dispostos na Tabela 9.

Tabela 9 – Resultados da regressão do modelo 1

Variável	Proxies	Coefficiente	Estatística T	P-value
Eficiência	ADMIN	-,062	-1,309	,193
	EQUITY	-,354	-7,134	,000
Estabilidade	MARGIN	-,029	-,609	,543
	AGE	-,110	-,2320	,022
Reputação	SIZE	,829	15,261	,000
	GRANTS	,006	,105	,917
R-quadrado				,676
R-quadrado ajustado				,663
Probabilidade				,000

Nota: Doações = $\beta_0 + \beta_1 \cdot \text{ADMIN} + \beta_2 \cdot \text{EQUITY} + \beta_3 \cdot \text{MARGIN} + \beta_4 \cdot \text{AGE} + \beta_5 \cdot \text{SIZE} + \beta_6 \cdot \text{GRANTS} + \mu_i$.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em primeira análise, observa-se, por meio dos dados expostos na Tabela 9, que a regressão se mostrou significativa, visto a probabilidade ter sido inferior a 0,05. O coeficiente de determinação múltiplo (R-quadrado) apresentou valor de 67,6%. Já o R-quadrado ajustado,

que demonstra melhor o poder de explicação do modelo empírico, foi de 66,3%. Isso implica dizer que, das doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscips, 66,3% delas são explicadas pelas variáveis analisadas no estudo, de forma que as informações contábeis analisadas impactam nas doações recebidas.

Estudos anteriores que estavam nessa mesma linha de pesquisa e com o mesmo método de avaliação do relacionamento das doações com as variáveis contábeis, sendo esses dados com corte transversal, apresentaram poderes de explicação (R-quadrado ajustado) de:

- a) Weisbrod e Dominguez (1986): R-quadrado ajustado de 7% para bibliotecas; 24% para exposição de arte, museu e zoológico; 8% para fornecimento de bens e serviços para pobres e idosos; 15% para hospitais; 16% para auxílio a deficientes; 18% para pesquisas científicas (doenças); e 15% para escola, faculdade.
- b) Tinkelman e Mankaney (2007): R-quadrado ajustado de 24% (amostra total) ao testar o *Price Model*; e 5% (amostra total) ao testar o modelo de Greenlee e Brown (1999).
- c) Trussel e Parsons (2007): R-quadrado ajustado de 57,1%.
- d) Jacobs e Marudas (2009): R-quadrado ajustado de 63%.
- e) Cruz (2010): R-quadrado ajustado de 63,54%.

Após verificar e analisar o poder de explicação dos modelos testados em estudos anteriores, constata-se que o presente trabalho tem um bom poder explicativo e está, ainda, com um poder de explicação superior, inclusive quando confrontado com o estudo nacional de Cruz (2010).

De forma contrária ao esperado, a adequação do patrimônio líquido (EQUITY), *proxy* da variável explicativa estabilidade financeira, se relacionou de forma negativa com as doações recebidas pelas Oscips. Conforme exposto no referencial teórico, na seção 2.2.2.1, o estudo de Trussel e Parsons (2007) demonstrou uma relação positiva com as doações, o que significa que, quanto maior a estabilidade financeira, maiores são as doações recebidas.

Em relação à variável explicativa reputação organizacional, as *proxies* idade (AGE) e tamanho da organização (SIZE) se demonstraram estatisticamente significantes para o modelo, o que está em conformidade com estudos anteriores. Entretanto, a forma de relacionamento dessas *proxies* com as doações correspondeu, em parte, com o que era esperado com base na maioria dos achados de estudos anteriores. A idade da organização se demonstrou relacionada negativamente com as doações recebidas, o que está em oposição aos achados identificados por Weisbrod e Dominguez (1986), Callen (1994), Khanna, Posnett e Sandler (1995), Khanna e Sandler (2000), Okten e Weisbrod (2000), Marcuello e Salas (2001), Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007) e Marudas, Hahn e Jacobs (2014), os quais identificaram uma

relação positiva com as doações. O resultado encontrado somente é similar ao encontrado por Jacobs e Marudas (2009).

Já o tamanho da entidade (SIZE) está relacionado positivamente com as doações das entidades sem fins lucrativos, o que implica afirmar que, quanto maiores, em tamanho, as Oscips, maiores são as doações recebidas por elas. Esse relacionamento positivo está em consonância com todos os estudos abordados na seção na seção 2.2.2.1 deste trabalho, ou seja, está em conformidade com Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009) e Cruz (2010).

A Tabela 10 demonstra de forma objetiva os resultados encontrados para regressão do modelo 1 e a comparação desses resultados com as previsões da teoria e estudos anteriores.

Tabela 10 – Relação entre os resultados esperados e observados na pesquisa

Variáveis explicativas	Proxies	Relações esperadas	Relações observadas
Eficiência operacional	ADMIN	Negativa	Não significativa
Estabilidade financeira	EQUITY	Positiva	Negativa
	MARGIN	Positiva	Não significativa
Reputação organizacional	AGE	Positiva	Negativa
	SIZE	Positiva	Positiva
	GRANTS	Positiva	Não significativa

Fonte: Dados da pesquisa.

Esses achados sugerem que as informações contábeis que tratam da estabilidade financeira e da reputação organizacional impactam e influenciam as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscips, sendo coerente com a teoria da demanda e com os resultados dos estudos sobre o tema desenvolvidos anteriormente (TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009).

A coerência com a teoria da demanda é encontrada pelo fato de conseguir explicar que as doações que as entidades sem fins lucrativos qualificadas como Oscips recebem, são uma espécie de reflexo da demanda, que reflete um desejo das pessoas, pelos serviços e até produtos das referidas entidades. E a premissa para o desenvolvimento do estudo surge justamente na visão de que essas doações também são frutos da consideração dada às variáveis contábeis, no caso do presente estudo, verificadas nas variáveis: estabilidade financeira e reputação organizacional.

4.3.2 Regressão linear múltipla: modelo 2

Como diferencial deste trabalho, buscou-se verificar se existe alguma relação entre as doações, a eficiência, a estabilidade, a reputação e a região onde se localizam, no Brasil, as entidades sem fins lucrativos da amostra.

Devido às regiões se caracterizarem como variáveis qualitativas, utilizou-se de variáveis *dummies*, que são binárias, assumindo o valor 0 para a ausência das características e 1 para a presença delas. Então, para o estudo, as *dummies* seguiram a forma apresentada na Tabela 11.

Tabela 11 – Variáveis *dummies*

Regiões	Dummy 1	Dummy 2	Dummy 3	Dummy 4
Norte	1	0	0	0
Nordeste	0	1	0	0
Centro-Oeste	0	0	1	0
Sul	0	0	0	1
Sudeste	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Com essa estruturação para as *dummies*, testou-se o segundo modelo de regressão do presente trabalho, estimado por meio do método dos mínimos quadrados e com dados trabalhados em corte transversal. Espera-se, com esse modelo, descobrir se a região que a entidade sem fins lucrativos se localiza tem alguma relação com as doações que recebe.

A região Sudeste foi tomada como categoria base para as variáveis *dummies*, visto ter se optado por trabalhar com um modelo que possui termo constante, sendo (m-1) variáveis *dummies*. Por esse motivo, no modelo apresentado na metodologia do estudo, só constam quatro variáveis, o que também pode ser observado na Tabela 11.

Os resultados encontrados após estimação do modelo estão apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 – Resultados da regressão do modelo 2

Variável	Proxies	Coefficiente	Estatística T	P-value
Eficiência	ADMIN	-,033	-,667	,506
Estabilidade	EQUITY	-,379	-7,001	,000
	MARGIN	-,034	-,698	,486
Reputação	AGE	-,116	-,2376	,019
	SIZE	,848	15,015	,000
	GRANTS	,013	,240	,811
Região	Dummy 1	-,046	-,984	,327
	Dummy 2	-,065	-1,231	,220
	Dummy 3	-,075	-1,595	,113
	Dummy 4	,019	,387	,699
R-quadrado				,686
R-quadrado ajustado				,666
Probabilidade				,000

Nota: $\text{Doações} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{ADMIN} + \beta_2 \cdot \text{EQUITY} + \beta_3 \cdot \text{MARGIN} + \beta_4 \cdot \text{AGE} + \beta_5 \cdot \text{SIZE} + \beta_6 \cdot \text{GRANTS} + \beta_7 \cdot \text{NORTE} + \beta_8 \cdot \text{NORDESTE} + \beta_9 \cdot \text{CENTRO-OESTE} + \beta_{10} \cdot \text{SUL} + \mu_i$.

Fonte: Dados da pesquisa.

A regressão do modelo 2 apresentou-se significativa, já que sua probabilidade foi abaixo do valor de 0,05 de significância. O R-quadrado, também chamado de coeficiente de determinação, teve um valor de 68,6%. Já o R-quadrado ajustado, melhor medida para conferir o poder de explicação, correspondeu a 66,6%. Com essas informações, pode-se concluir que 66,6% das doações recebidas pelas Oscips estão relacionadas e são explicadas pelas variáveis analisadas.

Se confrontados os coeficientes de determinação ajustados dos dois modelos de regressão testados, verifica-se que, quando utilizadas as variáveis *dummies*, R-quadrado ajustado melhorou muito pouco, de 66,3% para 66,6%. Isso implica dizer que o acréscimo das variáveis qualitativas aumentou de maneira considerável o poder de explicação do modelo.

Medeiros, Galvão e Oliveira (2015) desenvolveram um estudo anterior na mesma linha, o qual, testando se existe relação significativa entre as doações com as variáveis contábeis e a localização estadual da entidade, apresentou poder de explicação (R-quadrado ajustado) de 22,4% para uma amostra total de UPFs da Bahia, do Ceará e de Pernambuco.

Verificado e analisado o poder de explicação do modelo testado em estudo anterior, constata-se que o presente trabalho tem um bom poder explicativo, apresentando-se superior, quando comparado com o estudo nacional de Medeiros, Galvão e Oliveira (2015).

Da mesma maneira que ocorreu no modelo 1, as *proxies* taxa de despesa administrativa (ADMIN), margem operacional (MARGIN) e receitas governamentais (GRANTS) não se apresentaram estatisticamente significantes para o modelo.

A adequação do patrimônio líquido (EQUITY), *proxy* da variável explicativa estabilidade financeira, manteve-se relacionada negativamente com as doações, continuando em contraste com o estudo de Trussel e Parsons (2007), que demonstrou uma relação positiva com as doações. Com relação à variável explicativa reputação organizacional, as *proxies* idade (AGE) e tamanho da organização (SIZE) se mantiveram estatisticamente significantes, permanecendo em conformidade com os estudos anteriores.

O diferencial do segundo modelo foram as variáveis *dummies*, as quais não se apresentaram como estatisticamente significantes para o modelo, visto suas significâncias terem sido superiores a 0,05. Esse fato não permite inferir se a localização regional de uma entidade interfere nas doações anuais que recebe. O estudo de Medeiros, Galvão e Oliveira (2015) também encontrou esse mesmo fato.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar informações contábeis sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional que impactam as doações recebidas pelas entidades sem fins lucrativos do terceiro setor qualificadas como Oscips. Diante da proposta do estudo, o objetivo geral que o norteou foi atingido, visto ter conseguido identificar as informações contábeis, com base na teoria econômica da demanda, capazes de afetar as doações.

Para que a pesquisa fosse realizada, o processo de coleta de dados ocorreu no CNEs/MJ e no CNPJ, de onde foram retiradas informações sobre eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional. Com esse levantamento, obteve-se uma população de 4.889 entidades, mas a amostra final foi composta por 162 Oscips para o período de 2012 e 2013.

Como perfil da amostra, têm-se uma maior concentração na região Sudeste, seguida pela Sul e Nordeste. A natureza jurídica predominante é de associações, as quais representam 93% da amostra final. As principais áreas de atuação encontradas foram em serviços sociais (41,4%) e educação e pesquisa (16%). E o ano com maior quantidade de entidades obtendo a qualificação de Oscip foi 2004.

A estatística descritiva indicou que as entidades analisadas dependem de doações para se manterem operantes, visto representar cerca de 66,71% da média das receitas totais. Já a variável eficiência operacional apresentou valores de desvio padrão e média próximos, possibilitando o conhecimento de que a dispersão dos dados ocorre em intervalos próximos à média. Um fator limitante é que a amostra analisada é não probabilística, limitando o poder de generalização dos achados do estudo.

Sobre as variáveis explanatórias, eficiência operacional, estabilidade financeira e reputação organizacional, que não são diretamente observáveis, sendo representadas por *proxies*, como taxa com programas, taxa de despesas administrativas, adequação do patrimônio social líquido, margem operacional, idade, tamanho da organização e receitas governamentais, identificou-se, por meio da matriz de correlação, que as *proxies* taxa com programas e taxa de despesas administrativas eram altamente correlacionadas, optando-se pela exclusão da taxa com programas. Os demais pressupostos das regressões foram analisados e cumpridos.

Sobre os resultados dos procedimentos econométricos, a análise de regressão múltipla com dados em corte transversal para o modelo 1 indicou que a reputação organizacional, por meio das *proxies* idade e tamanho da entidade, e a estabilidade financeira, por meio da *proxy*

adequação do patrimônio social líquido, são estatisticamente significantes para o modelo. As *proxies* idade e adequação do patrimônio social líquido se relacionaram negativamente com as doações, enquanto o tamanho da entidade apresentou um relacionamento positivo.

A regressão múltipla com dados em corte transversal para o modelo 2 demonstrou que a reputação organizacional e a estabilidade financeira continuam sendo estatisticamente significantes para o modelo. Entretanto, a localização regional das entidades não é significativa.

Os resultados supramencionados permitem concluir que o arcabouço teórico utilizado no presente estudo explica 66,63% das doações que são recebidas pelas entidades sem fins lucrativos no modelo 1, e 66,6% no modelo 2.

Perante os resultados obtidos, esta pesquisa encontra-se alinhada aos estudos anteriores que utilizaram a mesma linha, como os de Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), Jacobs e Marudas (2009), Cruz (2010) e Medeiros, Galvão e Oliveira (2015). Assim, o impacto das informações contábeis nas doações recebidas pelas entidades do terceiro setor está comprovado nas figuras da divulgação dos ativos dessas entidades, da idade que têm e da adequação do patrimônio social líquido.

Como sugestões para pesquisas futuras, destacam-se algumas possibilidades, como:

- a) Aumento da população, englobando outros tipos de entidade, e do intervalo temporal, a fim de conseguir observar o impacto das informações contábeis nas doações de forma longitudinal;
- b) Realizar análises levando-se em consideração o tipo de atividade que a entidade desenvolve conforme seu estatuto social;
- c) Comparar as informações contábeis que impactam as doações antes e depois da Lei nº 13.019/2014, a fim de identificar se ocorreram mudanças; e
- d) Utilizar uma abordagem à luz da teoria institucional para os aspectos que tangem a reputação organizacional.

REFERÊNCIAS

- ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Revista Venezolana de Economía Social**, ano 4, v. 7, n. 7, p. 7-24, 2004.
- ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ATKINSON, A. A.; KAPLAN, R. S.; MATSUMURA, E. M.; YOUNG, S. M. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BABER, W. R.; ROBERTS, A. A.; VISVANATHAN, G. Charitable organizations' strategies and program-spending ratios. **Accounting Horizons**, v. 15, n. 4, p. 329-343, 2001.
- BARNEY, J. B. Firm resource and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. Brasília: IBGE, 2010.
- _____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mar. 1999.
- _____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- _____. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2003.
- _____. Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jul. 2011.
- _____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 ago. 2014.
- CALLEN, J. L. Money donations, volunteering and organizational efficiency. **The Journal of Productivity Analysis**, v. 5, p. 215-228, 1994.

CATELLI, A. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CHAGAS, M. J. R.; ARAÚJO, A. O.; DAMASCENA, L. G. Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas Oscips: uma análise empírica nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, v. 3, p. 100-105, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Brasília, 15 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas de entidades de interesse social**. Brasília, 2003.

COSTA, E.; RAMUS, T.; ANDREAUS, M. Accountability as a managerial tool in non-profit organizations: evidence from Italian CSVs. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 22, p. 470-493, 2011.

CRUZ, C. V. O. A. **A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CRUZ, C. V. O. A.; CORRAR, L. J.; SLOMSKI, V. Efeitos da divulgação de informações contábeis econômicas sobre as doações individuais para entidades do terceiro setor: um estudo experimental com alunos de Ciências Contábeis. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnAPNAD, 32. 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

CRUZ, J. A. W.; QUANDT, C. O.; MARTINS, T. S.; SILVA, W. V. Performance no terceiro setor – uma abordagem de accountability: estudo de caso em uma organização não governamental brasileira. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 1, p. 58-75, 2010.

CUNHA, J. H. C.; PEREIRA, J. M. Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 18, p. 83-102, jul./dez. 2012.

CUNHA, P. R.; KLANN, R. C.; RENGEL, S.; SCARPIN, J. E. Procedimentos de auditoria aplicados pelas empresas de auditoria independente de Santa Catarina em entidades do terceiro setor. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 65-85, 2010.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DELGADO, J. A. Reflexões sobre o sistema tributário aplicado ao terceiro setor. **Revista Fórum de Direito Tributário**, v. 3, n. 17, p. 9-38, 2005.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. **As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FISCHER, R. M. **Alianças estratégicas intersetoriais para atuação social: relatório técnico**. São Paulo: CEATS-FIA/USP, 2003.

_____. **O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002.

FOMBRUN, C. J.; GARDBERG, N. A.; SEVER, J. M. The reputation quotient. **The Journal of Brand Management**, v. 7, n. 4, p. 241-255, 2000.

FRUMKIN, P.; KIM, M. T. Strategic positioning and the financing of nonprofit organizations: is efficiency rewarded in the contributions marketplace? **Public Administration Review**, v. 61, n. 3, p. 266-275, 2001.

GLAESER, E. **The governance of not-for-profit organizations**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

GREENLEE, J. S.; BROWN, K. L. The impact of accounting information on contributions to charitable organizations. **Research in Accounting Regulation**, v. 13, p. 111-125, 1999.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos quantitativos estatísticos**. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANSMANN, H. Economic theories of nonprofit organization. In: POWELL, W. W. **The nonprofit sector: a research handbook**. New Haven: Yale University Press, 1987.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HUOT, R. **Métodos quantitativos para as ciências humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

INSTITUTO PRO BONO. **Manual do terceiro setor**. São Paulo, 2005.

IUNES, R. Demanda e demanda em saúde. In: PIOLA, S. F.; VIANNA, S. M. (Orgs.). **Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde**. Brasília, Ipea, 1995.

JACOBS, F. A.; MARUDAS, N. P. The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations. **Financial Accountability & Management**, v. 25, n. 1, p. 33-53, 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

KHANNA, J.; POSNETT, J.; SANDLER, T. Charity donations in the UK: new evidence based on panel data. **Journal of Public Economics**, v. 56, p. 257-272, 1995.

KHANNA, J.; SANDLER, T. Partners in giving: the crowding-in effects of UK government grants. **European Economic Review**, v. 44, p. 1543-1556, 2000.

KISIL, M. Uma “nova filantropia” na sociedade brasileira: o investimento social privado. **Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social**, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://investimentosocial.wikispaces.com/file/detail/Nova+Filantropia.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

KINGMA, B. R. Public good theories of the non-profit sector: Weisbrod revisited. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 8, n. 2, p. 135-148, 1997.

LAITINEN, E. K. **Princing decisions**. In: ABDEL-KADER, M. G. (Org.). **Review of Management Accounting Research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

LANDIM, L. NGOs and philanthropy in Latin America: the Brazilian case. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 8, n. 4, p. 351-370, 1997.

LETTIERI, E.; BORGA, F.; SAVOLDELLI, A. Knowledge management in non-profit organizations. **Journal of Knowledge Management**, v. 8, n. 6, p. 16-30, 2004.

MARCUELLO, C.; SALAS, V. Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain. **Public Finance Review**, v. 29, n. 3, p. 183-207, 2001.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARUDAS, N. P. Effects of nonprofit organization wealth and efficiency on private donations to large nonprofit organizations. **Research in Governmental and Nonprofit Accounting**, v. 11, p. 71-91, 2008.

MARUDAS, N. P.; HAHN, T.; JACOBS, F. A. An improved model of effects of accounting measures of inefficiency on donations. **Journal of Finance and Accountancy**, v. 15, p. 1-15, 2014.

MARUDAS, N. P.; JACOBS, F. A. Determinants of charitable donations to large U.S. higher education, hospital, and scientific research NPOs: new evidence from panel data. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 15, n. 2, p. 157-179, 2004.

MEDEIROS, P. M; GALVÃO, N. M. S.; OLIVEIRA, M. R. G. Relevância da informação contábil para captação de recursos em entidades sem fins lucrativos. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2015.

MILANI FILHO, M. A. F. Avaliação de desempenho de organizações filantrópicas: uma abordagem quantitativa baseada na eficiência. **Revista de Economia e Relação Internacionais**, v. 9, n. 18, p. 101-120, jan., 2011.

_____. **Eficiência produtiva no terceiro setor**: um estudo comparativo de desempenho entre organizações filantrópicas asilares. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MONTORO FILHO, A. F. Teoria elementar do funcionamento do mercado. In: PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OKTEN, C.; WEISBROD, B. A. Determinants of donations in private nonprofit markets. **Journal of Public Economics**, v. 75, p. 255-272, 2000.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARSONS, L. M. Is accounting information from nonprofit organizations useful to donors? A review of charitable giving and value-relevance. **Journal of Accounting Literature**, v. 22, p. 104-129, 2003.

_____. The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations. **Behavioral Research in Accounting**, v. 19, p. 179-196, 2007.

PARSONS, L. M.; TRUSSEL, J. M. Fundamental analysis of not-for-profit financial statements: an examination of financial vulnerability measures. **Research in Governmental and Nonprofit Accounting**, v. 12, 2008.

PEREIRA, C. F. J. **Captação de recursos (fund raising)**: conhecendo melhor porque as pessoas contribuem. São Paulo: Mackenzie, 2001.

POSNETT, J.; SANDLER, T. Demand for charity donations in private non-profit markets. **Journal of Public Economics**, v. 40, p. 187-200, 1989.

PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. **Econometria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SANTOS, P. C.; SILVA, M. E. M. O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 170, p. 35-46, 2008.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TAVARES NETO, J. Q.; FERNANDES, A. O. O terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania. **Sequência**, v. 31, n. 60, p. 371-390, 2010.

TINKELMAN, D.; MANKANEY, K. When is administrative efficiency associated with charitable donations? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 41-64, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUSSEL, J. M.; GREENLEE, J. S. A financial rating system for charitable nonprofit organizations. *Research in Government and Nonprofit Accounting*, v. 11, p. 93-116, 2004.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Financial reporting factors affecting donations to charitable organizations. **Advances in Accounting**, v. 23, p. 263-285, 2007.

TUCKMAN, H. P. A methodology for measuring the financial vulnerability of charitable nonprofit organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 20, n. 4, p. 445-460, 1991.

UNITED NATIONS. Handbook of National Accounting. **Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts**. New York: United Nations, 2003. (Studies in Methods, Series F, No. 91).

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VOESE, S. B.; REPTCZUK, R. M. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **Contexto**, v. 11, n. 19, p. 31-42, 2011.

WEISBROD, B. A. Toward a theory of the voluntary nonprofit sector in a three-sector economy. In: PHELPS, E. S. (Ed.) **Altruism, morality, and economic theory**. New York: Russel Sage Foundation, 1975.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior? **Journal of Public Economics**, v. 30, n. 1, p. 83-96, 1986.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ZAINON, S. et al. Associations between organizational specific-attributes and the extent of disclosure in charity annual returns. **International Journal of Mathematical Models and Methods in Applied Sciences**, v. 3, n. 6, p. 482-489, 2012.

ZANLUCA, Júlio César. **Contabilidade de ONG'S**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

APÊNDICE A – Amostra total do estudo

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO	REGIÃO
27.282.144/0001-34	Iberobrasileira de Estudos e Cooperação	Amazonas	Norte
63.762.884/0001-31	Associação de Defesa Etnoambiental	Rondônia	Norte
04.520.593/0001-78	Associação Trindade Santa	Rondônia	Norte
05.472.872/0001-76	Centro de Recuperação Leão de Judá	Distrito Federal	Centro-Oeste
07.616.598/0001-97	Centro de Recuperação Leão de Judá em Goiás	Goiás	Centro-Oeste
11.173.538/0001-14	Fundação Alo Criança de Assistência Infantil	Goiás	Centro-Oeste
26.812.784/0001-46	Instituto Centro de Vida - ICV	Mato Grosso	Centro-Oeste
08.415.066/0001-54	Orquestra do Estado de Mato Grosso	Mato Grosso	Centro-Oeste
04.210.755/0001-71	Centro de Ensino Maria Edwiges Borge	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
05.076.563/0001-87	Centro de Arte, Educação, Cultura, Social e Meio Ambiente-Casa de Ensaio	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
05.530.281/0001-08	Instituto Luther King - Ensino, Pesquisa, Ação Afirmativa	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
04.987.850/0001-86	Centro de Apoio e Pesquisa Indígenas	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
04.457.162/0001-04	Sistema Integrado de Economia Solidária	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
02.275.306/0001-86	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia	Bahia	Nordeste
96.798.657/0001-15	Fundação de Neurologia Instituto do Cerebro	Bahia	Nordeste
04.685.215/0001-44	Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia	Bahia	Nordeste
06.278.026/0001-82	Instituto Direito e Cidadania do Baixo Sul da Bahia	Bahia	Nordeste
01.274.251/0001-27	Instituto Baleia Jubarte	Bahia	Nordeste
08.207.803/0001-23	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido IDAN	Bahia	Nordeste
08.542.264/0001-89	Instituto Chapada de Educação e Pesquisa	Bahia	Nordeste
05.287.777/0001-00	Casa Familiar Rural	Bahia	Nordeste
07.511.664/0001-64	Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia	Bahia	Nordeste
12.265.774/0001-23	Construir Melhor	Bahia	Nordeste
05.493.395/0001-25	Casa Jovem	Bahia	Nordeste
08.981.519/0001-00	Casa Familiar Rural de Igrapiuna	Bahia	Nordeste
02.517.619/0001-01	Congregação Holística da Paraíba	Paraíba	Nordeste
08.806.213/0001-17	Instituto Social de Assistência a Saúde	Paraíba	Nordeste
07.264.216/0001-03	Instituto Manamaué	Rio Grande do Norte	Nordeste
12.048.807/0001-83	Serviço de Tecnologia Alternativa	Pernambuco	Nordeste
05.364.550/0001-03	Agência do Crédito	Pernambuco	Nordeste
08.187.800/0001-75	Instituto SOS Mão Criança	Pernambuco	Nordeste
79.355.269/0001-40	Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI	Santa Catarina	Sul
05.768.706/0001-11	Instituto Elisabetha Randon	Rio Grande do Sul	Sul
07.547.000/0001-55	Associação Amigos Voluntários	Rio Grande do Sul	Sul
08.969.474/0001-58	Instituto Unimed	Rio Grande do Sul	Sul
87.923.587/0001-99	Movimento Tradicionalista Gaúcho	Rio Grande do Sul	Sul
90.802.067/0001-32	Fundação Francisco Xavier Kunst do Grupo Arteccla	Rio Grande do Sul	Sul
07.430.210/0001-69	Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo	Rio Grande do Sul	Sul
78.696.242/0001-59	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Paraná	Sul
80.921.539/0001-12	Sociedade do Centro de Educação Infantil Débora Dias	Paraná	Sul
00.202.194/0001-08	Centro de Educação Infantil Irmãs de Betânia	Paraná	Sul
05.030.509/0001-09	Centro de Apoio Esperança	Paraná	Sul

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO	REGIÃO
78.974.235/0001-71	Associação da Comunidade dos Sagrados Corações	Paraná	Sul
77.673.960/0001-47	Nucleo Social Evangelico de Londrina	Paraná	Sul
04.016.559/0001-60	Agencia de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Parana	Paraná	Sul
05.834.996/0001-54	Associação Agua Pura	Paraná	Sul
06.004.440/0001-01	Associação Lar Nossa Senhora da Esperança	Paraná	Sul
06.977.673/0001-82	Universidade Livre para a Eficiencia Humana	Paraná	Sul
05.617.703/0001-87	ASS-Associação Solidariedade Sempre	Paraná	Sul
07.724.670/0001-08	Instituto Pro Educare	Paraná	Sul
04.559.580/0001-02	Escola Desenvolvimento Humano Casa Caminho	Paraná	Sul
05.926.131/0001-18	Núcleo Criança de Valor	Paraná	Sul
05.756.233/0001-32	Vida Promoção Social	Paraná	Sul
08.096.458/0001-06	A.M.A.R – Associação Mundo Animal de Rolandia	Paraná	Sul
77.355.675/0001-88	Casa do Bom Menino de Arapongas	Paraná	Sul
78.092.616/0001-27	Conselho Comunitário de Segurança de Maringá	Paraná	Sul
09.417.321/0001-60	Instituto Barigui	Paraná	Sul
11.328.653/0001-10	Sociedade de Garantia de Credito do Sudoeste do Paraná	Paraná	Sul
72.431.133/0001-23	Centro Esperança por Amor Social	Paraná	Sul
06.122.131/0001-28	Missão Filadélfia	Paraná	Sul
06.171.683/0001-26	Fundação Francisco Bertencello	Paraná	Sul
06.011.405/0001-01	Associação Beneficente Deus Menino	Paraná	Sul
22.241.137/0001-70	Comunidade Terapêutica Pró-Vida	Minas Gerais	Sudeste
05.314.178/0001-20	Centro de Referência em Diagnóstico e Tratamento Oncológico "Dr. Ocacyr de Siqueira"	Minas Gerais	Sudeste
01.533.786/0001-75	Instituto Assistencial de Desenvolvimento Humano, Educacional e Desportivo – IADHED	Minas Gerais	Sudeste
05.872.278/0001-72	Instituto Noisinho da Silva	Minas Gerais	Sudeste
05.037.061/0001-47	ABET - Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa	Minas Gerais	Sudeste
07.630.191/0001-14	Organização Não governamental Monsenhor Antônio Gomes Soares	Minas Gerais	Sudeste
04.530.015/0001-12	Associação de Voluntários no Apoio ao Combate ao Câncer em Itaúna	Minas Gerais	Sudeste
04.895.913/0001-74	Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu	Minas Gerais	Sudeste
05.685.572/0001-75	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabirito	Minas Gerais	Sudeste
02.005.183/0001-63	Associação Mariana Beneficente	Minas Gerais	Sudeste
03.594.838/0001-49	Agência para o desenvolvimento econômico e social de Patos de Minas	Minas Gerais	Sudeste
05.461.315/0001-50	Rede Cidadã	Minas Gerais	Sudeste
11.370.545/0001-06	Associação de Garantia de Crédito do Leste de Minas Gerais	Minas Gerais	Sudeste
01.596.959/0001-02	Conselho Comunitário de Segurança Preventiva de Patrocínio	Minas Gerais	Sudeste
20.660.320/0001-85	Associação Espírita Monsenhor João Pedro	Minas Gerais	Sudeste
03.466.168/0001-85	Agência para o Desenvolvimento de Congonhas	Minas Gerais	Sudeste
13.371.326/0001-77	Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental	Minas Gerais	Sudeste
03.947.908/0001-03	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade	Rio de Janeiro	Sudeste
04.256.109/0001-45	Instituto Telemar	Rio de Janeiro	Sudeste

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO	REGIÃO
00.291.438/0001-76	Centro de Recuperação da Vida – Cervi	Rio de Janeiro	Sudeste
03.360.608/0001-15	Associação dos Amigos da Arte Popular Brasileira	Rio de Janeiro	Sudeste
05.614.792/0001-08	Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo Democrático Integrado e Sustentável	Rio de Janeiro	Sudeste
06.055.395/0001-06	Observatório de Favelas do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste
07.620.520/0001-46	Amigos da Mata	Rio de Janeiro	Sudeste
07.289.573/0001-26	Centro Presbiteriano Beneficente CPB Anunciando Vida, Transformando Realidades	Rio de Janeiro	Sudeste
08.934.089/0001-75	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	Rio de Janeiro	Sudeste
00.665.972/0001-03	Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis - ICASFA	Rio de Janeiro	Sudeste
11.538.124/0001-41	Instituto Galpão da Gamboa	Rio de Janeiro	Sudeste
05.039.392/0001-16	Centro de Integração e Desenvolvimento Sustentável	Rio de Janeiro	Sudeste
01.207.939/0001-94	Add Associação Desportiva para Deficientes	São Paulo	Sudeste
00.081.906/0001-88	Instituto Socioambiental	São Paulo	Sudeste
03.851.523/0001-30	Grupo TUMM- Todos Unidos Mudaremos o Mundo	São Paulo	Sudeste
04.601.275/0001-31	Espaço Cultural Pés no Chão	São Paulo	Sudeste
02.926.858/0001-07	Associação Viva e Deixe Viver	São Paulo	Sudeste
04.804.528/0001-74	Associação Barco Escola da Natureza	São Paulo	Sudeste
05.238.918/0001-97	Creches Programa Assistencial Luz e Lapis	São Paulo	Sudeste
02.964.406/0001-10	Associação Ninho Criança – Esperança	São Paulo	Sudeste
03.653.644/0001-77	Instituto WCF-Brasil	São Paulo	Sudeste
05.413.029/0001-19	Turma do Bem	São Paulo	Sudeste
02.414.436/0001-52	Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento	São Paulo	Sudeste
03.881.866/0001-47	Instituto Ecofuturo – Futuro p/ Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	Sudeste
05.600.020/0001-17	Instituto Criar de Tv e Cinema	São Paulo	Sudeste
02.030.097/0001-00	Instituição de Incentivo a Criança e ao Adolescente de Mogi Mirim	São Paulo	Sudeste
04.904.450/0001-60	Associação Sonhar e Acreditar	São Paulo	Sudeste
04.250.687/0001-74	AAPQ-Associação de Apoio ao Projeto Quixote	São Paulo	Sudeste
05.908.258/0001-04	Centro de Desenvolvimento Social Arte pela Vida	São Paulo	Sudeste
06.060.432/0001-74	CERAIC ? Centro Regional para Assistência Integral em Cardiologia	São Paulo	Sudeste
04.711.157/0001-86	Associação Vaga Lume	São Paulo	Sudeste
06.025.208/0001-41	Instituto de Políticas Relacionais	São Paulo	Sudeste
05.661.298/0001-02	Instituto Albatroz	São Paulo	Sudeste
06.223.459/0001-30	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa	São Paulo	Sudeste
06.312.545/0001-10	Instituto Prisma de Apoio Administrativo às Micro, às Pequenas, às Médias Empresas e às Entidades da Administração Pública	São Paulo	Sudeste
06.176.434/0001-23	ORBE – Trabalho, Terra, Ambiente, Gente	São Paulo	Sudeste
04.223.805/0001-55	Associação Ambientalista Projeto Copaíba	São Paulo	Sudeste
03.074.383/0001-30	Associação Cidade Escola Aprendiz	São Paulo	Sudeste
05.970.506/0001-47	Instituto Oikos de Agroecologia	São Paulo	Sudeste
05.241.493/0001-75	Associação Casa Azul	São Paulo	Sudeste
06.867.330/0001-65	Associação Civil SOS Vale do Jaguari	São Paulo	Sudeste
02.105.707/0001-98	Centro de Prevenção e Reabilitação de Vidas de Itatiba - Desafio Jovem	São Paulo	Sudeste

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO	REGIÃO
61.712.287/0001-77	Feag - Federação das Entidades Assistenciais Guaçuanas	São Paulo	Sudeste
52.389.400/0001-34	Centro de Atividades Educacionais Especializadas de Ribeirão Preto	São Paulo	Sudeste
06.954.576/0001-74	Associação Horizontes	São Paulo	Sudeste
04.941.442/0001-93	Criança Segura Safe Kids Brasil	São Paulo	Sudeste
04.449.826/0001-93	Instituto Acaia	São Paulo	Sudeste
03.984.807/0001-02	Instituto Empreender Endeavor – Brasil	São Paulo	Sudeste
07.602.959/0001-46	Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça	São Paulo	Sudeste
04.125.363/0001-04	Instituto Cultural Barong	São Paulo	Sudeste
07.672.403/0001-26	Instituto Barrichello Kanaan	São Paulo	Sudeste
07.644.567/0001-40	Instituto Movimento Qualivida	São Paulo	Sudeste
07.533.685/0001-80	Instituto Cultura & Arte	São Paulo	Sudeste
71.729.263/0001-84	Eductam Educação, Assistência e Cultura	São Paulo	Sudeste
05.519.751/0001-32	Centro de Referencia em Cooperativismo e Associativismo	São Paulo	Sudeste
58.996.232/0001-21	Associação para Promoção e Inclusão dos Deficientes Físicos	São Paulo	Sudeste
07.707.869/0001-10	Instituto Verdescola	São Paulo	Sudeste
08.002.633/0001-40	Associação para Valorização e Inclusão das Pessoas com Deificiencia de Araras	São Paulo	Sudeste
08.075.044/0001-92	Associação de Serviços Comunitários a Idosos - Ana Pedroso de Toledo	São Paulo	Sudeste
04.888.057/0001-20	Instituto Giramundo Mutuando	São Paulo	Sudeste
08.259.935/0001-07	Fundação Bachiana Filarmonica	São Paulo	Sudeste
07.669.797/0001-63	Instituto Record de Responsabilidade Social	São Paulo	Sudeste
08.543.625/0001-01	Centro de Capacitação para a Vida – Projeto Neemias – Guarujá	São Paulo	Sudeste
08.748.875/0001-88	Instituto Leo Madeiras	São Paulo	Sudeste
08.925.899/0001-65	Associação Brasileira de Apoio à Criança, Adolescente e Família – Ponte	São Paulo	Sudeste
08.008.707/0001-56	Associação Solidariedade em Marcha	São Paulo	Sudeste
09.003.011/0001-08	Instituto Educadores sem Fronteiras	São Paulo	Sudeste
09.048.763/0001-87	Associação Meninos da Aracy	São Paulo	Sudeste
08.011.968/0001-25	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	São Paulo	Sudeste
07.823.595/0001-24	Instituto Mascote de Educação e Cultura	São Paulo	Sudeste
08.992.683/0001-12	Instituto Deco20	São Paulo	Sudeste
07.591.138/0001-51	Capital Social Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Fortalecimento das Ações Sociais	São Paulo	Sudeste
59.012.583/0001-13	Lar Carlos Augusto Braga	São Paulo	Sudeste
06.075.379/0001-85	Associação Cultural Beato José de Anchieta	São Paulo	Sudeste
07.696.551/0001-80	Associação Casa da Criança Feliz	São Paulo	Sudeste
08.817.519/0001-79	Projeto Vida nova São Paulo	São Paulo	Sudeste
05.616.268/0001-76	Unidade de Retaguarda Hospitalar Francisco de Assis	São Paulo	Sudeste
01.936.759/0001-43	APROEX – Associação para a Prosperidade da Pessoa com Deficiência	São Paulo	Sudeste
07.269.609/0001-00	Instituto Arte no Dique	São Paulo	Sudeste
50.059.419/0001-97	Associação Morumbi de Integração Social	São Paulo	Sudeste
01.729.479/0001-64	Instituto Bióleo de Desenvolvimento Sustentável	São Paulo	Sudeste
11.481.643/0001-10	Instituto Arnea	São Paulo	Sudeste
10.736.616/0001-89	Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas	São Paulo	Sudeste